

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação  
de fonte conforme abaixo.

SILVEIRA, Pelópidas. *Pelópidas Silveira (depoimento, 1978)*. Rio  
de Janeiro, CPDOC, 2005. 41 p. dat.

**PELÓPIDAS SILVEIRA**  
**(depoimento, 1978)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Aspásia Alcântara de Camargo; Dulce Chaves Pandolfi

levantamento de dados: Aspásia Alcântara de Camargo; Dulce Chaves Pandolfi

pesquisa e elaboração do roteiro: Aspásia Alcântara de Camargo; Dulce Chaves Pandolfi

sumário: Maurício Silva Xavier

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Recife - PE - Brasil

data: 17/04/1978 a 22/04/1978

duração: 2h 40min

fitas cassete: 03

páginas: 40

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975.

temas: Associações Comunitárias, Cid Sampaio, Congressos e Conferências, Engenharia, Esquerda, Golpe de 1964, Governo Federal, Habitação, Igreja Católica, Igreja e Estado, Jânio Quadros, Ligas Camponesas (1955-1964), Lincoln Gordon, Miguel Arraes, Movimento de Cultura Popular (1960 - 1964), Partidos Políticos, Pernambuco, Perseguição Política, Petrobrás, Questão Agrária, Regime Militar, Revolta Comunista (1935), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, União Democrática Nacional.

## Sumário

### *1ª Entrevista: 17/04/1978*

Fita 1-A: Nascimento e origem familiar; atividades profissionais dos pais; a formação escolar do entrevistado; lembranças da entrada para o Ginásio Pernambucano (1930); o perfil do professor de matemática Luís Freire; razões pelas quais o entrevistado optou por cursar engenharia; a formação religiosa do entrevistado; primeiras atividades profissionais; a passagem do entrevistado por São Paulo (1943); comentários sobre a revolta comunista de 1935;

Fita 1-B: indicação ao governo do estado de Pernambuco (1947); a eleição para prefeito de Recife (1955); a participação de membros de diferentes partidos no secretariado do entrevistado durante sua gestão; comentários sobre a relação da prefeitura com o governo federal; a importância das associações de bairro em Recife durante a gestão do entrevistado; considerações sobre a questão habitacional em Recife na década de 1950;

Fita 2-A: a influência das associações de bairro nas políticas públicas de habitação durante a gestão do entrevistado no governo de Recife; descrição das atividades e demandas das associações de bairro; a composição política da chapa para a prefeitura do Recife; relato sobre as relações do entrevistado com Cid Sampaio; considerações sobre a gestão de Miguel Arraes na prefeitura de Recife; comentários sobre a oposição da igreja católica à candidatura do entrevistado; debate sobre o cenário político federal na década de 1920; considerações sobre a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959; avaliação das alianças políticas estabelecidas entre partidos de esquerda e direita na década de 1950;

Fita 2-B: considerações sobre a fundação do Partido Socialista e a filiação do entrevistado; comentários sobre a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro em Recife; a importância de Barros de Carvalho para o PTB; o contato com líderes do Partido Socialista; a atuação das Ligas Camponesas durante a gestão do entrevistado na prefeitura de Recife; avaliação do entrevistado sobre o Congresso de Salvação do Nordeste realizado em 1955; a participação do entrevistado no Congresso de Defesa do Petróleo (1952); comentários sobre a relação entre os usineiros pernambucanos e a UDN;

### *2ª Entrevista: 22/04/1978*

Fita 3-A: o convite de Miguel Arraes para a secretaria de Viação em sua gestão na prefeitura de Recife; balanço do entrevistado sobre as principais realizações de Miguel Arraes na prefeitura; avaliação sobre o Movimento de Cultura Popular (MCP); a questão agrária em Pernambuco na década de 1950; a influência de diferentes correntes de esquerda nas reivindicações camponesas no nordeste na década de 1950; a eleição para vice-governador do estado de Pernambuco (1958); comentários sobre o governo Jânio Quadros e a renúncia; contatos do entrevistado com o embaixador Lincoln Gordon antes do golpe de 1964;

Fita 3-B: considerações acerca dos acontecimentos do golpe de 1964; relato sobre o terceiro mandato na prefeitura de Recife; a cassação e prisão pelo regime militar (1964); a aposentadoria compulsória, juntamente com outros professores da UFPE (1965); o casamento com Maria da Luz de Souza Campos.

*1ª Entrevista: 17.04.1978*

A.C. – Recife, 17 de abril de 1978, entrevista com o doutor Pelópidas Silveira. Doutor Pelópidas, eu gostaria de iniciar perguntando ao senhor, sobre data e local de nascimento, e alguma coisa sobre seus pais, sua origem familiar.

P.S. – Nasci no dia 15 de abril de 1915, filho de Sizenando Elyσιο Silveira, que era professor de Português e Literatura. Formado em Direito nunca exerceu a profissão de advogado, sempre foi professor. Exerceu o magistério durante 66 anos, desde os 16 até os 83 anos, quando ainda ensinava em colégio secundário. Veio a falecer com 87 anos, em 1968. Minha mãe, Laura de Souza Silveira, originária de uma família radicada em engenho de açúcar em Jaboatão, faleceu um ano depois de meu pai, aos 80 anos de idade.

D.P. – Você nasceu em qual cidade?

P.S. – Na cidade do Recife, na estrada do Encanamento, numa casa que foi demolida para construção do grupo escolar José Vilela.

A.C. – Você disse que sua mãe era do interior, era uma pessoa ligada a agricultura, enfim, qual era a profissão dos seus avós, o que eles faziam?

P.S. – Minha mãe nasceu no engenho São Salvador, perto de Gunjaú, que é um dos mananciais que abastece de água Recife. Passou a infância no engenho. No Recife, formou-se professora primária na Escola Normal Pinto Júnior. Meu avô materno, além de agricultor era também marceneiro, e meu avô paterno era funcionário público, morreu muito cedo, aos vinte e poucos anos, e, inicialmente, a família de meu pai era, parece, de dez ou onze irmãos. Essa família se dizimou rapidamente porque vários morreram em algumas semanas de varíola. Só cheguei a conhecer dois irmãos de meu pai. Após a morte de meu avô paterno, a família passou a ser mantida a custa do trabalho do irmão mais velho de meu pai, que por sua vez veio a falecer, de tuberculose, com 29 anos. Meu pai então, com 16 anos, começou a trabalhar para manter a família como professor secundário. Lecionou na Escola Normal, em vários colégios, e ministrando aulas particulares. Teve uma vida de classe média modesta, nunca chegou a ter casa própria, aposentando, levando uma vida de sacrifício, mas levada com muita seriedade, deixou a melhor tradição, aqui no Recife, tanto que o Instituto de Educação chama-se Instituto de Educação Sizenando Silveira.

A.C. – Em homenagem a ele. E ele lecionava em que colégio?

P.S. – Ele lecionou em vários colégios do Recife: Colégio Santa Margarida, Colégio Nossa Senhora do Carmo, Colégio Padre Felix, Colégio S. José, Colégio Leão XIII e Colégio Moderno.

A.C. – Ele dava aulas de que? De Português?

P.S. – Português, Literatura, Francês, às vezes Latim, especialmente Português e Literatura. Foi também professor na Faculdade de Filosofia das Irmãs Dorotéias.

A.C. – O senhor tem lembranças da família de sua mãe, alguma influência nesses primeiros anos? De ter visitado o engenho em que ela se criou, enfim, algum contato com o mundo do engenho?

P.S. – Visitei sim, mas fui criado na cidade, tive mais contato com o interior por contingência profissional, porque depois de formado em Engenharia Civil trabalhei inicialmente em estradas, então tive oportunidade de percorrer todo o estado de Pernambuco, conheço muito bem o estado, e tive ocasião então de conhecer um pouco a vida rural.

D.P. – Que cursos você fez antes da Escola de Engenharia?

P.S. – Fiz o curso primário no Colégio Santa Margarida, que era considerado naquela época um colégio muito moderno, tinha trazido novas técnicas de ensino, ensino analítico vindo de São Paulo, e onde meu pai era professor. Depois, o curso secundário inicialmente no Colégio Salesiano, o primeiro ano, depois continuei no Colégio Padre Félix, chamava-se naquela época Ginásio do Recife. Terminei, em 1930, o curso ginásial, o último ano, no Ginásio Pernambucano.

A.C. – Qual a importância do Ginásio Pernambucano na época, porque muitas pessoas, muitos políticos, passaram pelo Ginásio Pernambucano? Havia alguma simbologia particular, com relação ao colégio?

P.S. – Eu só estive um ano no Ginásio Pernambucano, foi justamente o último ano do curso secundário. Mas havia professores de grande categoria, por exemplo, Ulisses Pernambucano era professor de Filosofia, no 5º ano, Olívio Montenegro, professor de História. O Ginásio Pernambucano teve grandes professores. Mas eu só estive um ano, foi justamente o ano da Revolução de 30, de modo que estudei ao mesmo tempo para fazer o vestibular de Engenharia, porque naquele tempo era muito comum a pessoa fazer o curso ginásial e depois passava um ano para poder fazer o exame vestibular. O exame vestibular na época, a meu ver, traduzia muito melhor o objetivo desse exame, porque hoje se exige do candidato ao vestibular uma cultura muito ampla, quando, a meu ver o vestibular devia ser para verificar se aquele candidato tem tendência especial para aquela carreira que escolheu. Quer dizer, não vejo nenhuma lógica em, depois de um aluno ter feito todas as cadeiras do curso secundário, ter que fazer prova de redação de Português, prova de Inglês, um candidato que vai para Direito fazer prova de Física, de Química, de Matemática, quando tudo isso ele estudou no curso secundário. Quer dizer, está-se com isso dando a impressão que o curso secundário está realmente falido.

A.C. – Falido, porque ninguém confia no que se aprendeu.

P.S. – Ninguém confia no que se aprendeu. De modo que não vejo lógica. Meu filho fez exame de vestibular há pouco tempo para Direito, teve que se submeter a prova de Biologia, de Química, de Física, de Matemática, embora com pesos menores, de qualquer modo. Um candidato que vai para Medicina, que lógica tem ele fazer uma prova de Matemática? O que vai para Engenharia fazer Biologia, especialmente essa, redação de Português, Gramática. Na época que estudei fazia-se um curso secundário, a meu ver, levado mais a sério, cultura humanística melhor, eram quatro anos de Francês, quatro anos de Inglês, hoje é optativo, quer dizer, que na maior parte, por uma questão de utilitarismo, todo mundo prefere o Inglês, e, depois, não tem mais oportunidade de

estudar Francês. O que se deu com meu filho, exatamente, agora não vai mais estudar Francês e portanto a grande cultura humanística que se pode obter através da língua francesa, ele perde. Mas, naquela ocasião, estudei, simultaneamente, Matemática, que era só o que entrava no exame de vestibular, estudei com o professor Luís Freire.

A.C. – Ele teve uma importância notável aqui em Pernambuco, não é?

P.S. – É, Luis Freire foi quem mais me entusiasmou para cursar Engenharia, porque ele ensinava Matemática de um modo notável mesmo, um homem inteligentíssimo, e além disso sabia transmitir. De modo que nesse ano, o ano de 1930, houve a Revolução em outubro, então a aprovação foi por média, não houve exames finais, de modo que passei por média e tive as férias para me preparar para o vestibular no ano seguinte. E naquele tempo as turmas de Engenharia eram muito pequenas, minha turma era de seis, entraram treze e foram aprovados seis. Da minha turma fez parte Mário Schenberg, o grande físico brasileiro.

A.C. – Muito influenciado por Luís Freire, também.

P.S. – Muito. João Holmes Sobrinho, foi nosso professor de Mecânica Racional. Mário Schenberg, que fez em Pernambuco o primeiro e o segundo ano. Transferiu-se para São Paulo, onde fez Engenharia Elétrica, e depois tornou-se um físico de renome mundial, fez concurso para Mecânica Celeste, e hoje não tem oportunidade de ensinar, porque foi aposentado por um ato institucional, e hoje dedica-se também à crítica de arte, é crítico da Bienal. Era uma figura notável, eu me lembro que muitas vezes, depois de assistir a aula de Cálculo Infinitesimal de Newton Maia, de manhã, nós, de tarde, os cinco colegas dele, íamos para casa de Mário Schenberg para ele repetir para nós a aula. No começo do meu curso, eu estava com 15 anos, entrei para Escola de Engenharia com 15, naquele tempo não havia o curso colegial, de modo que a gente com curso ginásial já podia entrar. Então me formei com 20 anos.

A.C. – Qual foi o estímulo que o senhor recebeu de casa para continuar os estudos? Enfim, quantos irmãos o senhor tinha, antes de mais nada?

P.S. – Em casa meus pais nunca fizeram nenhuma pressão no sentido de escolha profissional, nem em relação a mim, nem em relação a meus irmãos. Nós somos seis, eu tenho um irmão advogado, Pelágio, e os dois mais novos são médicos, Geraldo e Jarbas. E logo depois de mim Glória, que é solteira, e Conceição, que é freira Dorotéia. Tanto não houve influência de meus pais que eu sentia que eles gostariam muito que eu estudasse Medicina, mas nunca me fizeram pressão nenhuma. Eu escolhi Engenharia livremente, e os professores que mais tiveram influência sobre minha formação foram Luís Freire, João Holmes Sobrinho, Newton Maia e Joaquim Cardozo.

A.C. – Joaquim Cardozo, calculista, poeta.

P.S. – Um grande engenheiro, e poeta. Joaquim Cardozo foi meu professor de Hidráulica e de Estatística, porque é um talento universal, de modo que naquela época qualquer cadeira ele seria capaz de lecionar, tal a vastidão de sua cultura.

A.C. – E em sua casa, por exemplo, o senhor deve ter sentido um clima muito propício para estudo, para o desenvolvimento das idéias...

P.S. – Ah, sim, a formação intelectual de meu pai fazia estimular muito os filhos nesse sentido.

A.C. – Conversava muito, apresentava leituras?

P.S. – Ah, conversava muito. Eu por exemplo tive oportunidade de ler muito, ler muita coisa de literatura portuguesa, brasileira, francesa.

A.C. – O senhor teve uma formação humanista?

P.S. – Ah, tive, não tenha dúvida.

D.P. – E como foi a formação religiosa?

P.S. – A formação religiosa inicialmente, a formação clássica das famílias de tradição católica. Minha mãe católica fervorosa, praticante, então nos encaminhou, desde o catecismo, até a frequência semanal da missa, a presença em atos religiosos, mas a partir do curso de Engenharia, comecei a me afastar de qualquer, vamos dizer, comando, de qualquer orientação religiosa. E quando terminei o curso de Engenharia já não ia aos atos religiosos, nem nada, durante algum tempo eu ainda fiquei comparecendo mais por atenção a minha mãe, mas depois fiz que ela compreendesse que eu já não tinha mais fé. E hoje não tenho nenhum sentimento religioso, sou agnóstico. Demos uma orientação diferente, eu e minha mulher, aos nossos filhos. Não demos instrução religiosa a nenhum deles. O mais velho não tem nenhuma orientação religiosa porque não quis, já a segunda quis fazer a primeira comunhão, às vezes vai à missa e tal, mas nós não interferimos nisso.

A.C. – Sua mãe que tinha por origem familiar o engenho, recebeu alguma coisa em fortuna dessa propriedade dos familiares, ou se dissolveu na família?

P.S. – Não, nada. Tenho a impressão, não sei bem detalhes aí, mas acho que esse engenho onde ela nasceu, o meu avô apenas administrava o engenho, não era dono da terra, porque nada ficou.

A.C. – Falando ainda sobre seu curso, seu período de universidade, a influência do positivismo era muito grande nas escolas, não é? Porque Luís Freire já devia ser totalmente desvinculado disso.

P.S. – Não, nem se falava em positivismo.

A.C. – Porque no Rio sim, não é?

P.S. – Não, no Recife não havia a menor influência.

A.C. – O senhor se formou em que ano?

P.S. – 1935.

A.C. – Um mau ano para se formar, não é? Pegou o Estado Novo já no início da sua vida profissional.

P.S. – É, dois anos depois, 1937, me formei em 35. Eu já trabalhava no Porto, como auxiliar técnico, desde os 18 anos, desde o 3º ano do curso. Quando me formei, um tempo depois obtive o emprego de engenheiro do porto.

A.C. – Como se obtinha um emprego naquela época? Precisava de pistolão, ou seus méritos o recomendavam?

P.S. – No meu caso houve o seguinte: o professor João Holmes era o diretor do porto, eu aluno dele, ele me convidou, convidou a mim e a mais dois colegas, da minha turma, porque quando Mário Schenberg e mais dois se transferiram daqui para São Paulo, a turma se reduziu a quatro. Depois, veio um oficial do Exército, que veio transferido para cá, se incorporou, no 3º ano. Então nós nos formamos quatro, e dos quatro só o que não precisava de emprego era o que era oficial do Exército. E nós três o professor João Holmes nos chamou para o porto.

A.C. – Quer dizer, devia haver uma procura muito grande de técnicos já que o número é tão reduzido...

P.S. – É. Ele se afeiçoou muito à turma, foi até o nosso paraninfo. Eu me formei em 1935, então nós não fizemos formatura solene, nossa formatura foi muito simples, porque estava preso um dos nossos professores e nosso homenageado, o professor Newton Maia, tinha sido um dos quarenta intelectuais presos logo após a Revolução de 35, aqui em Pernambuco. Então, minha formatura foi sem festa. Então, ia lhe dizendo, trabalhei no porto, como engenheiro, e depois fiz uma peregrinação, em outras repartições públicas. No porto, trabalhei em obras públicas, nessa ocasião é que comecei a trabalhar em estradas, no interior. Depois, já no Estado Novo, quando era interventor Agamenon Magalhães, cheguei a ser diretor da Diretoria de Viação e Obras Públicas. Mas somente durante um ano e meio, porque depois houve um problema, eu me desentendi com o secretário de Viação na época...

A.C. – Foi ele que o chamou para função?

P.S. – Foi.

A.C. – Quem era ele?

P.S. – Era Gercino de Pontes, foi ele mesmo que me chamou para a função, e depois eu me afastei. E então foi criado o Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, por iniciativa de um grupo de engenheiros daqui, do qual fiz parte. O primeiro diretor desse Instituto foi o engenheiro Murilo Coutinho, meu colega de turma. Murilo foi para São Paulo, fez um estágio lá, já criado o Instituto, e depois adotou a norma de mandar outros colegas fazerem estágio em São Paulo, para organizar os próprios serviços daqui. Então fiz uma especialização em solos e fundações, e em estruturas, mas principalmente em solos e fundações. Passei quase um ano entre São Paulo e Rio de Janeiro, uns dois meses no Instituto Nacional de Tecnologia no Rio. De volta organizei aqui a seção de solos e fundações do Instituto Tecnológico, nós chamávamos ITEP, e inicialmente fazia principalmente estudos de solos para fins de construção. Sondagens, provas de carga,



pesquisas de laboratório. E nessa época eu já era assistente da Escola de Engenharia, assistente da cadeira de Resistência dos Materiais.

A.C. – Isso foi em que ano, que o senhor foi para São Paulo?

P.S. – Fui para São Paulo já em 43, mas desde 36, no ano seguinte da minha formatura, ingressei no campo docente da Escola de Engenharia, como assistente da Resistência dos Materiais. Depois criou-se a cadeira de Construção Civil, na Escola de Engenharia. Era um curso novo, um curso de engenheiros industriais, e eu fiquei regendo a cadeira de Construção Civil. Nessa cadeira, quando voltei de São Paulo, introduzi, como parte do programa, o ensino de Mecânica dos Solos, porque mecânica dos solos, como era um assunto novo entrava sempre em cadeiras diferentes conforme o professor que tomava a iniciativa. Em São Paulo, por exemplo, foi o professor de Pontes que introduziu o ensino de Mecânica dos Solos. Hoje já é disciplina autônoma. Em 1938, a convite do professor Newton Maia fui também ser assistente dele, na cadeira de Resistência dos Materiais, na Escola de Belas Artes, que tinha cursos de Arquitetura, Pintura e Escultura. Depois o professor Newton Maia se licenciou e eu fiquei regendo a cátedra. No Instituto Tecnológico, fiquei doze anos chefiando a seção de solos e fundações. Como diretor da Escola de Belas Artes (1943 a 1948), consegui, em 1945, o reconhecimento da Escola de Belas Artes pelo MEC e, em 1946, através do professor Joaquim Amazonas, o primeiro Reitor, objetivamos a inclusão da Escola na Universidade. Mas a Escola, apesar de incluída na Universidade, não era ainda federal. Em 1954, foi federalizada e, legalmente eu não podia ficar com as duas escolas e mais o Instituto Tecnológico, tinha que optar. Então deixei o Instituto Tecnológico e fiquei dedicado, exclusivamente, ao magistério superior. Em 1946 houve a primeira experiência política. Terminara o Estado Novo em 45, mas 46 foi um ano de transição. Já eleito o novo presidente, que era o general Dutra, nos Estados ainda interventores porque não tinham sido promulgadas as constituições estaduais. Fui prefeito, convidado por uma questão de amizade pessoal, pelo interventor José Domingues, que era uma pessoa muito ligada a minha família e a mim. Então, fui prefeito do Recife no período de fevereiro de 46 a agosto 46, quando José Domingues foi afastado do cargo e assumiu o general Demerval Peixoto. Nessa ocasião, deixei a Prefeitura. No ano seguinte, houve eleição para governador do Estado e nessa ocasião, fui candidato indicado pelos partidos de esquerda, o Partido Socialista e o Partido Comunista, que era legal, na época.

A.C. – Eu queria, antes que o senhor contasse essa experiência, saber como o senhor viveu ainda como estudante, como recém-formado, essa experiência de 35, porque a versão sulista da Intentona de 35 é uma versão muito fechada, então tem-se a impressão que em Recife, em Pernambuco, a Intentona teve uma participação talvez diferente de outros lugares, pessoas que não tinham necessariamente uma filiação partidária, uma ligação com o Partido Comunista, etc, estiveram envolvidas, como por exemplo, parece ter sido o caso do Professor Ulysses Pernambucano...

P.S. – Exato. Em Pernambuco era governador na época Carlos de Lima Cavalcanti, que trouxe novos métodos de administração, trouxe secretários jovens, de muito boa categoria como Nelson Coutinho, como Sílvio Granvile, secretário da Fazenda, como Paulo Carneiro, o embaixador Paulo Carneiro, secretário da Agricultura. O governo Carlos de Lima criou, inclusive, Diretoria de Arquitetura, que inovou muito em Pernambuco, começou com o Palácio da Fazenda, foi a primeira obra pública construída

já em linhas modernas, etc. Essa Diretoria de Arquitetura foi dirigida por um arquiteto vindo do Rio, Luís Nunes. Quando veio a Revolução de 35, não somente houve prisões até de secretários de estado e de intelectuais que nada tinham com o Partido Comunista, não tinham atividade política, eram apenas homens de uma posição progressista, como Ulisses Pernambucano, o professor Artur de Sá, da Faculdade de Medicina, o professor Newton Maia, que foi meu professor.

A.C. – Não era político, um homem de idéias...

P.S. – Nunca exerceu nenhum cargo político. Também Heitor Maia Filho. Estou citando alguns, sei que foi um grande número, ficaram na Casa de Detenção. Eu na época estava me formando, terminando o curso de Engenharia, com 20 anos, não tinha nenhuma atividade política.

D.P. – Como você viveu a Revolução de 30 como estudante, você participou de alguma maneira?

P.S. – Não, eu tinha quinze anos.

D.P. – Também não se posicionou?

P.S. – Não, tinha quinze anos e me dedicava muito ao curso, de modo que apenas assim, acompanhei, me lembro dos fatos, me lembro do que houve aqui em 30, mas não participei de nada. Mas minha entrada na vida pública em 46 foi uma coisa toda casual. Inicialmente, inclusive, resisti um pouco a aceitar a Prefeitura, porque não tinha nenhuma experiência de cargo executivo, mas, afinal, por atenção ao interventor José Domingues, acabei concordando. E foi uma fase...

A.C. – Mas aquele cargo que o senhor acabou se incompatibilizando com o secretário de obras...

P.S. – Foi anterior...

A.C. – Que tipo de incompatibilidade o senhor teve com ele?

P.S. Foi um problema ligado a uma concorrência pública para construção de uma ponte no interior, em que ele desprestigiou a repartição que eu dirigia, dando uma solução contrária a todos os pareceres técnicos, quer dizer, foi uma divergência mais...

A.C. – Ele teve uma posição mais política, no caso, do que técnica?

P.S. – Foi uma divergência funcional. Fui diretor de obras, nessa fase do Estado Novo, sem que eu tivesse nenhuma identificação política com o regime.

A.C. – Quer dizer, o senhor não tomou nenhuma posição antagônica ao Estado Novo, na época?

P.S. – Não, como o Estado Novo veio em 37, eu estava recém formado, engenheiro do Porto, não participava de nenhuma entidade.

A.C. – Mas nessa discordância que o senhor teve com o secretário de obras já se revela, no fundo, a posição do técnico diante do político, ou eu interpreto mal suas palavras? Quer dizer, o senhor segundo os critérios técnicos...

P.S. – Tomei uma posição mais funcional, de defesa do meu cargo e da solução que eu estava defendendo, de acordo com os engenheiros da repartição. Quer dizer, achei que fomos desprestigiados e me afastei. Aí depois, eu ia dizendo, a experiência que eu tive em 46, de seis meses de administração, foi um período em que tive como companheiro de governo, o professor Ageu Magalhães, secretário de Educação e Saúde, e Murilo Coutinho, meu colega de turma, sobrinho de José Domingues, no cargo de secretário de Viação. De modo que havia muita unidade na atuação dessas duas secretarias com a Prefeitura. Não havia naquele tempo comissão de preços, SUNAB, nada disso, então a Prefeitura enfrentou tabelar os preços do peixe na Semana Santa. Isso teve uma repercussão muito grande, porque, na época, realmente ninguém pensava em defender o povo nesses aspectos. O professor Ageu Magalhães, na Secretaria de Saúde, promovia a apreensão de mercadorias deterioradas e fazia incinerar no forno da Prefeitura. Iniciei algumas obras de urbanização do centro da cidade. Não tinha havido tempo de cuidar de outros bairros, mas fizemos, na época, o começo do alargamento da avenida Conde da Boa Vista. Por coincidência fui eu, como prefeito, muitos anos depois, que terminei a Conde de Boa Vista. Ela foi continuada por vários prefeitos e fui eu que vim a terminar. E o alargamento da rua dom Bosco, a urbanização da praça da Independência e o início da avenida Dantas Barreto, no trecho entre a rua Nova e o pátio do Carmo, onde havia uma infinidade de casas já pagas pela Prefeitura e a Prefeitura ia tolerando a permanência lá dos antigos inquilinos e proprietários que já estavam indenizados fazia, às vezes, dois anos. Então, consegui nesse período abrir esse trecho da nova avenida. Uma fase assim curta, mas com o apoio que tivemos do interventor, eu e esses dois secretários, houve condições de enfrentar a solução de problemas importantes para o povo. Aceitei, em 1947, a candidatura ao governo do estado, sem nenhum compromisso político. Não era filiado a nenhum partido, vim a me filiar ao Partido Socialista muitos anos depois, em 1960. Quer dizer, fui candidato sem filiação partidária, apoiado pelos dois partidos de esquerda, e com grande apoio de todas as classes. Recife sempre foi considerada “cidade cruel”, aquela frase de Agamenon, cidade cruel, porque, em relação a determinadas áreas políticas, o governo era sempre derrotado. Então, tive como competidores, lançado pelo PSD, Barbosa Lima Sobrinho, e, pela UDN, Neto Campelo Junior, que tinha sido, inclusive, ministro da Agricultura, no governo Dutra.

[FINAL DA FITA 1-A]

D.P. – Voltando um pouquinho atrás, Pelópidas, você participou da campanha presidencial do Brigadeiro, com o Dutra?

P.S. – Não.

DA- Não participou em nada?

P.S. – Não participei em nada, a geração de 45, não participei em nada.

D.P. – Nem participou de redemocratização, também?

P.S. – Não tive nenhuma vivência política nessa época.

A.C. – Você foi para a Prefeitura através de qualificações técnicas, puramente?

P.S. – Exato. Então aceitei essa candidatura para governador, embora soubesse que era uma candidatura para perder. Foi mais uma afirmação assim da cidade, das forças mais independentes que não estavam ligadas a esses grupos partidários. Tanto que o resultado foi surpreendente, tive 38.000 votos na cidade do Recife contra 16.000 dados a Neto Campelo e 8.000 a Barbosa Lima.

A.C. – Quer dizer, o Recife já se revelou pela primeira vez um centro polarizador importante.

P.S. – O resultado é que foi eleito Barbosa Lima, mas a diferença entre ele e Neto Campelo era mínima, então, houve uma batalha eleitoral que durou um ano. Só um ano depois é que Barbosa Lima foi considerado governador, ganhando também por uma diferença muito pequena para Neto Campelo. Quer dizer a minha candidatura modificou inteiramente, vamos dizer, a situação de votos na capital.

D.P. – Qual era a bandeira principal da sua campanha?

P.S. – Era uma campanha principalmente administrativa, de soluções de problemas populares, não houve tempo, a propaganda foi muito curta, fizemos muito poucos comícios no interior. E o fato de eu ter o apoio, ser registrado pelos dois partidos de esquerda, logicamente deu margem a uma campanha... Se ainda hoje o argumento do comunismo é usado fartamente, imagine na ocasião em que o Partido Comunista era legal e eu era registrado por esse Partido.

A.C. – Mas foram no fundo as suas realizações na Prefeitura que incentivaram esses grupos?

P.S. – É, isso que estimulou. Agora, na mesma ocasião, era registrado pelo Partido Comunista, em São Paulo, Ademar de Barros. E foi eleito, registrado também. Quer dizer, é uma coisa que todo mundo sabe que o Partido Comunista nunca lançou nenhum candidato comunista a cargos de governador ou presidente da República. Eles sempre vinham apoiar, em frentes eleitorais, candidatos de posições progressistas. Milton de Campos também foi apoiado e registrado pelos comunistas, em Minas Gerais. Bom, citei isso assim entre parênteses, porque cabia explicar o sentido dessa candidatura. Depois de 46, depois dessa eleição, em 47, novamente fiquei afastado de atividade política. Houve um período entre 49 e 54 em que mantive um escritório de construção. Em 55 houve a primeira eleição de prefeito.

A.C. – Porque até ali tinham sido nomeados?

P.S. – Os prefeitos eram nomeados. Recife, por uma lei de autoria do deputado Barros Carvalho, depois senador, que foi presidente do PTB em Pernambuco, por uma lei de iniciativa dele, foi considerada cidade autônoma, e o primeiro prefeito eleito fui eu. Além do fato de eu não ser político militante, não ser filiado a partido, no caso específico do Recife, onde os problemas eram muitos, pesaram algumas realizações de interesse popular. Então fui candidato a Prefeito em 1955 novamente sem estar filiado a partido. E, aí, tive 81 mil votos contra 40 mil dos outros três somados. Os outros três

candidatos eram dois deputados federais: Antonio Pereira, que tinha sido prefeito no governo de Agamenon, Paulo Germano Magalhães, filho de Agamenon Magalhães, e o terceiro, deputado, deputado Alcides Teixeira, conhecido como deputado “das vovózinhas”. Tiveram, os três somados, 40 mil votos contra 81, quer dizer, tive 2/3 do eleitorado.

D.P. – Quais os partidos que lhe apoiaram?

P.S. – Fui registrado pelo Partido Socialista e pelo Partido Trabalhista. Tive o apoio também do Partido Republicano, daqueles pequenos partidos que havia na época, PTN e PST, ligados ao PTB. Nessa ocasião, minha candidatura foi impugnada perante o Tribunal Eleitoral, impugnada sob a acusação de comunismo. Mas o Tribunal Eleitoral, por unanimidade, decidiu o meu registro. Então isso foi mais um *handicap*, não é? Essa vitória no Tribunal Eleitoral.

A.C. – Mas o senhor podia nos dizer qual o seu segredo da sua vitória? Porque o senhor nos falou rapidamente da sua passagem pela Prefeitura, logo depois da redemocratização e eu tenho a impressão que alguma coisa...

P.S. – Acredito que tenha sido isso...

A.C. – Eu acho que houve um impacto muito grande.

P.S. – Foi um governo curto, em que, por causa dessas circunstâncias, de haver um interventor como José Domingues, que também não era político, era procurador da Delegacia Fiscal Federal, era um homem com muita sensibilidade para os problemas, conseguimos resolver, ou pelo menos, os problemas que nós conseguimos enfrentar, abordar, nesses seis meses, tenham sensibilizado a população. E o fato de ter sido a administração curta, que foi afastada também assim bruscamente. Também surgiu naquela época a acusação do comunismo, dos secretários comunistas. Era o sistema de campanha, sempre usado, quando se tratava de combater qualquer governante que tivesse alguma popularidade. Então, em 55, fui eleito prefeito, mas o povo do Recife, e acho que de muitas outras cidades, admite sempre que o governante, o executivo tem na mão a solução de todos os problemas. Embora eu tivesse chamado a atenção, em todos os comícios, da necessidades de o povo me assegurar também uma maioria na Câmara Municipal, isso não funcionou. Havia muitos candidatos a vereador que me combatiam, ou por outra, iam me fazer oposição depois, mas que na fase da campanha não me combatiam, porque viam que a tendência popular era para mim. Houve mais morros onde apareceram comigo, na chapa, nomes de candidato a vereador, que depois me fariam oposição. O resultado é que fui eleito com 2/3 do eleitorado e tive 2/3 da Câmara contra mim. Administrei 4 anos, com 19 vereadores contra e 6 a favor.

A.C. – Antes disso eu queria lhe perguntar como foi a reação do público na campanha, quais foram as áreas da cidade que deram maior apoio a sua campanha...

P.S. – Essa campanha para prefeito teve um apoio muito amplo, de todos os setores da população. Basta dizer que a minha candidatura foi vitoriosa, só não foi vitoriosa em 2 urnas, em 400 e tantas no Recife, assim mesmo não foi vitoriosa nesses 2 urnas por poucos votos. Naquela época, Agamenon Magalhães classificava, dividia o Recife em 2

áreas eleitorais, o asfalto e a poeira. Então, tive uma votação enorme no asfalto e na poeira.

D.P. – Quer dizer, foi equilibrada a distribuição dos votos?

P.S. – Foi equilibrada. Então, inicialmente, eu procurei fazer uma administração em que levava em conta esse apoio maciço da cidade. Achei que não podia excluir, não podia fazer uma administração, puramente, com aquele grupo politicamente mais ligado a mim, mais identificado com o meu pensamento. Por isso, ampliei o mais possível a escolha dos secretários, procurei fazer com que todos os setores... Por exemplo, o meu secretário da Fazenda foi um ex-deputado da UDN, Mário Lira. Era um homem de muito prestígio na UDN, eu o chamei para secretário da Fazenda. Tive oportunidade de obter a colaboração de pessoas dos setores mais diferentes.

D.P. – O PSD também estava representado no seu secretariado?

P.S. – Não, o PSD não, mas havia no secretariado pessoas não políticas. Criei um conselho de finanças, do qual faziam parte industriais e comerciantes. Esse conselho de finanças tinha uma função consultiva. Quer dizer, houve um esforço meu muito grande nesse período, para dar uma espécie de satisfação dos atos do executivo à população. Os 4 anos do meu mandato coincidiram com o período de Juscelino Kubitschek como presidente. Fomos eleitos na mesma época.

A.C. – O senhor recebeu ajuda do governo federal?

P.S. – Nenhuma, apesar de ter ligações de cordialidade com o presidente, a única ajuda que houve, foi dada também a outras cidades, Porto Alegre e Belo Horizonte. Obtivemos o câmbio oficial para a importação de ônibus elétricos. Já encontrei uma concorrência feita na administração José do Rego Maciel para a instalação do serviço de ônibus elétricos no Recife. Recife é uma cidade muito favorável para os ônibus elétricos. É uma cidade plana, com linhas radiais muito longas, de modo que se presta muito bem para essa solução. Consegui o câmbio oficial, juntamente com o prefeito de Belo Horizonte, Celso Azevedo, e o de Porto Alegre, Leonel Brizola. E fizemos a importação. Dessas 3 cidades, só tem ônibus elétricos hoje Recife, porque Porto Alegre não chegou a instalar, e Belo Horizonte instalou mas, posteriormente, vendeu os 50 ônibus para o Recife. Desse meu período de administração, poderia citar ainda dois fatos que considero positivos. Um foi a criação das associações de bairro. Já existiam, em São Paulo, os conselhos de bairro. Até mesmo em Portugal, num regime corporativista, no governo de Salazar, havia os conselhos de bairro. Mas criei associações de bairro em que cada bairro se organizava para defender seus interesses. Então, como havia muitos bairros populares, onde era preciso alguma orientação, uma orientação mínima, para eles se organizarem, fizemos um modelo do estatuto de associações de bairro. Distribuímos, e eles lá elegiam seus representantes. Então não havia nenhuma influência política aí. Logicamente, quando eu recebia um pedido de calçamento, um pedido de ajuda para execução de obras públicas, não tinha nada que perguntar sobre posições políticas de ninguém. E do mesmo modo que houve associações de bairro em casa Amarela, nos córregos, nos morros, houve associação de bairro em bairros mais desenvolvidos como a de Boa Viagem, chamada Sociedade dos Amigos de Boa Viagem. E tudo isso funcionou muito bem. Na minha última administração, fazíamos até consertos em ruas, terraplanagens, em regime de mutirão. A

associação se encarregava de obter pessoal do bairro para trabalhar, espalhando areia, fazendo tudo, tapando buracos nas ruas, com caminhão fornecido pela Prefeitura. Então aproveitava-se sábado e domingo. Na segunda-feira, estava uma rua toda preparada.

A.C. – Mas nisso Recife foi muito adiante que São Paulo, eu tenho impressão, porque essa idéia da associação de bairro participando da coisa pública era nova.

P.S. – Foi muito adiante. E essas associações de bairro foram combatidas sob o argumento de que havia “infiltração” – sempre a acusação de que havia “infiltração comunista” nas associações. É a tal coisa, eu não tinha nenhuma atribuição policial, e eu não haveria nunca de discriminar ninguém por posição ideológica. É lógico que, eventualmente, num ou noutro bairro, determinado grupo político tomava conta da associação, é uma questão de capacidade de liderança. Mas o fato é que eu acho que isso foi muito favorável, e serviu também na administração seguinte, a de Miguel Arraes, que me sucedeu. Novamente fui prefeito em 1963, já então somente por 3 meses, quando veio o golpe militar de 1º abril de 1964 e fui deposto.

A.C. – Que tipo de consulta o senhor fazia nessas associações?

P.S. – Eu, inicialmente, fazia audiências públicas, no Teatro Santa Isabel. Aliás, fiz isso por todos os 4 anos. Uma vez por semana, de manhã. Mas era uma afluência enorme, eram 600, 700 pessoas, então, chegamos à conclusão de que a maioria dos assuntos tratados nessas audiências eram assuntos pessoais.

D.P. – Mas era por bairros?

P.S. – Não, inicialmente fazia toda a população. Então os assuntos eram assuntos pessoais, principalmente emprego. Todo mundo esperava quando eu fui eleito, com 2/3 do eleitorado, que eu ia resolver até esses problemas. Era o problema de emprego, era o problema da construção de mocambos... Ao mesmo tempo que a Prefeitura tinha que disciplinar o desenvolvimento desordenado de mocambos, principalmente na zona ribeirinha, na margem dos rios, ao mesmo tempo havia um problema humano seríssimo. Eram populações que vinham do interior, procurando trabalho no Recife, não encontrando trabalho, construíam um mocambo, e ficavam ali vivendo de biscates, pequenos furtos, etc. Lembro-me bem de que, nessa ocasião, quando fui prefeito, era governador de Pernambuco o general Cordeiro de Farias, durante os meus 3 primeiros anos de prefeito. E o general Cordeiro disse uma vez numa entrevista que, no Recife, 200 mil pessoas acordavam sem saber como iam comer. Quer dizer, um testemunho insuspeito do governador da época. Os problemas pessoais eram gravíssimos, a gente sentia dificuldade... Então, comecei a fazer audiências nos bairros, uma vez por semana, de noite, cada vez num bairro diferente. Avisávamos a associação com antecedência, e pedíamos que a associação fizesse a agenda dos assuntos. Então aí, com as explicações que dávamos às direções das associações, eles evitavam que muitos desses problemas pessoais fossem trazidos. Mas sempre havia. Mas já compreendiam mais que as audiências deviam ser para trazer problema de interesse público. Esse foi um aspecto que considerei favorável, nesse meu período de administração.

A.C. – E isso ajudou as suas realizações?

P.S. – Ajudou demais. A ajuda do povo aí eu acho uma coisa preciosa. Por outro lado uma coisa muito estimulante foi a imprensa. Havia, na época, jornalistas como Mário Melo e Aníbal Fernandes, inteiramente diferentes no modo de atuar, mas ambos tratando, diariamente, de assuntos da cidade. Aníbal Fernandes durante largo período me combatendo direto, mas sempre ficava alguma coisa dos assuntos que ele trazia, sempre eu tinha alguma coisa a aprender. Hoje, você abre o jornal, não existe problema municipal, não se trata de nada. A administração municipal não sofre a menor crítica. Acho isso negativo. É essencial o homem público governante...

A.C. – ... contar com essa crítica,

P.S. – Contar com essa crítica, e ter humilde para receber a crítica. Em 1957 ou 58, fiz a compra, visando ao problema da habitação popular, de 520 hectares de terra naqueles altos, perto do antigo aeroporto, no Iburá. E fizemos, então, sob a orientação direta do professor Antonio Baltar, um projeto de urbanização, onde seriam construídos 9 mil lotes, lotes grandes de 12 x 30. Esses 9 mil lotes iam dar para fixar umas 50 mil pessoas. Bom, nessa época, a população do Recife era bem menor do que agora. Agora estamos chegando a 1 milhão e 300.

A.C. – Na época era 700 mil, ou era menos?

P.S. – Era dessa ordem. Mas essa experiência das casas, havia uma dificuldade grande, como é que a Prefeitura ia enfrentar os serviços públicos nessa região? Então, quando fui prefeito na última vez recebi convite para um almoço com o embaixador Lincoln Gordon, na residência do cônsul americano no Recife. Isso um mês antes do golpe militar de 64. Nesse almoço mostrei ao Embaixador que precisávamos da ajuda daqueles organismos, USAID, Aliança para o Progresso, não através de construção de casas, mas para a implantação dos serviços públicos essenciais. E então ele aceitou essa tese e sugeriu a criação de um grupo de trabalho, de que participaria logo um representante da USAID, de modo que quando ficasse pronto o projeto, já haveria ajuda deles. A ajuda seria para os serviços de infra-estrutura, isso é, abertura de ruas e pavimentação, para água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública.

A.C. – O senhor diz que o Estado não podia arcar por quê?

P.S. – A Prefeitura não podia arcar. Não podia porque as obras de infra-estrutura são pesadíssimas. Então, se as obras de infra-estrutura nos vinham através dessa ajuda, a construção das casas poderia ser no regime de mutirão. Quer dizer, a Prefeitura daria o lote com a planta mínima, e cada um dos beneficiários construiria sua casa.

A.C. – Com material de Prefeitura, não?

P.S. – Não, não era possível. Aí, haveria mobilização de fábricas, de industriais, etc. Esse terreno ficou sem utilização, na administração seguinte, e quando voltei, em 1963, e fui prefeito novamente 3 meses, tentei esse acordo com a Aliança para o Progresso, mas depois, já na administração que se seguiu a minha em 64, houve um acordo com a COHAB, e hoje, existem as UR, com grande número de construções, mas feitas em outro sistema, com lotes de dimensões muito pequenas. A COHAB, que é uma organização criada para construção de habitações.



D.P. – Mas o senhor iria deslocar a população de seu local?

P.S. – Não iria deslocar compulsoriamente, porque acho que isso aí seria um trabalho de convicção. Essas populações que estão instaladas mais perto da cidade, esses grupos populacionais resistem a sair porque estão bem mais perto dos locais de trabalho... Nos Coelhos, há um grupo de mocambos, habitados, em sua maior parte, por lavadeiras, que já têm sua freguesia na cidade e não querem ir para longe. Quer dizer, tem de ser um trabalho de convicção, para poder deslocar essa gente. Aí é que entrava o trabalho de assistência social para convencê-los. Acho que o compulsório, como se tem feito ultimamente no Coque e em alguns outros lugares cria problema. Houve durante a minha administração, de 1955 a 1959, uma invasão, ali no Pina, um lugar que chamam hoje Brasília Teimosa. Trata-se de um terreno do Porto, que o Porto tinha aterrado, para instalar lá o parque de inflamáveis. A invasão foi feita quando eu era prefeito, não por moradores, mas por grileiros, exploradores de mocambos, que construía a armação de madeira e depois vendiam a armação ao morador de mocambo. O comprador enchia aquilo com barro, e fazia a sua casa. Olhando de avião para Brasília Teimosa vêem-se ruas perfeitamente definidas, e que depois a Prefeitura foi obrigada a urbanizar. Na ocasião, lembro-me bem, a Administração do Porto solicitou à Prefeitura que impedisse as construções. Respondi dizendo que a única coisa que a Prefeitura podia fazer era não dar licença para as construções. Mas impedir, cabia então ao governo do Estado. O Porto era o dono do terreno, tinha inclusive força policial. Ele que vigiasse o seu terreno. E, como não houve nenhuma cautela, efetivou-se a invasão, e hoje, estão ali mais de 10 mil casas, estão ali mais de 50 mil pessoas.

D.P. – Pelópidas, voltando ao terreno do Ibura, você não acha que seria mais interessante tentar melhorar as condições de vida do pessoal do próprio lugar onde residiam, já que era perto do local de trabalho, invés de transferi-los para uma região mais afastada?

P.S. – Não, isso é muito difícil. Veja-se a construção de uma avenida, como a avenida Agamenon Magalhães, que liga o Recife a Olinda e a Boa Viagem. A abertura dessa avenida exigiu a retirada de uma infinidade de mocambos. Resulta, daí, a valorização tremenda dos terrenos marginais, que em geral não são dos moradores de mocambo. Eles se instalaram ali. E começam a aparecer os donos, e os títulos de propriedade, e acaba sendo urbanizada essa zona, de qualquer jeito. Então esse povo vai saindo. O Coque é uma região paupérrima, onde o progresso vai chegando, com aterros, e tudo. É muito difícil melhorar as condições. Isso nos morros é possível. Uma vez levei aos morros um urbanista americano que esteve aqui. Expus a ele o meu ponto de vista de que não se devia fazer urbanização nos morros. Simplesmente fazer os acessos, e criar então praças, ambientes de recreação, e deixar os morros atingíveis, acessíveis somente através dos becos, daquelas ruazinhas, para pedestres. Ele concordou inteiramente comigo. É impossível se urbanizar um morro desses. Agora, a situação dos morros no Recife é uma coisa lamentável que mereceria um estudo especial. Porque há várias famílias que são donas desses morros. Você encontra, por exemplo, os herdeiros da Baronesa, a propriedade Marinho lá em Água-Fria, em Beberibe. Então você encontra numa casa três usuários: o dono do terreno, o dono da casa, e o inquilino. A Prefeitura não dava licença ao inquilino para fazer qualquer conserto na casa, sem a licença do proprietário da casa, que por sua vez precisava da licença do proprietário do terreno. Quando o progresso começava a chegar ao morro, o dono do terreno tinha interesse que a casa caísse, então não dava a licença. Então, fizemos simplesmente um decreto, que

ainda hoje é cumprido, dispondo que, quando se tratasse de condições de segurança da casa, por exemplo, caiu um pedaço de telhado, que a Prefeitura daria licença ao inquilino, independentemente de licença do dono da casa ou do dono do terreno. Agora, simplesmente para repor a casa na situação anterior, e não para transformar uma casa de tábuas em alvenaria. Então isso ainda hoje é observado. Cabe mencionar que, em Casa Amarela, há um chefe de Distrito, eng. Francisco Caheté, que tem muita sensibilidade para esses problemas e vai pessoalmente aos morros, examina, procura dar a solução. Infelizmente isso não é geral, especialmente quando a gente se lembra que a população dos mocambos no Recife, considerando-se mocambo não apenas a casa pior de sapé, mas até habitação coberta de telha, mas sem dispor de serviços públicos. É cerca da metade da população do Recife.

A.C. – E esses problemas apareciam nas reuniões das associações de bairro?

P.S. – Ah, apareciam, a cada momento. Inclusive quando chegava o dono do terreno...

[FINAL DA FITA 1-B]

P.S. – Se você for avaliar um mocambo hoje para efeito de indenização, avaliar pelo que está ali, não vale nada. Então, o que é que adianta entregar ao morador do mocambo dois ou três mil? Ele não faz nada, ele fica e sem casa. Ele vai arranjar uma outra casa de sapé, na beira do rio. Eu entendo que a indenização tem que ser considerando o uso, o uso da terra e o uso da casa. Você encontra casos aí, de morador de mocambo que está há 30 anos ali. Então, aquele terreno praticamente já se incorporou. E o Código Civil prevê a remissão do foro, que se pode pagar tantas vezes o foro, quando são terrenos foreiros, e assim o terreno passar a propriedade do usuário. Mas para isso tudo é preciso que houvesse orientação para esses moradores do morro para eles saberem se defender. O que está havendo não é isso, absolutamente. Ainda hoje, a cada momento chega um loteamento, quando a Prefeitura construiu, abriu uma avenida, que na margem tem mocambos, o dono do terreno naquela hora aproveita a valorização da Prefeitura e loteia o terreno e pronto. As indenizações dos mocambos começam aí... É por isso que a população dos mocambos está sempre aumentando, não há solução. As casas da COHAB, etc, não são acessíveis ao morador do mocambo.

A.C. – É totalmente fora do mercado, do processo real, não é?

P.S. – Totalmente.

A.C. – Agora, o senhor disse que essas associações de bairro o ajudaram no governo. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre isso, porque às vezes, a impressão que muitas pessoas têm, é que essas associações podem atrapalhar, no sentido que elas cobram, elas demandam coisas, e o governo tem poucos recursos. Como é que elas podem ajudar um governante?

P.S. – Elas cobram. Por exemplo, eu citei um caso de se fazer obras de terraplanagem nas ruas, a custa da colaboração dos moradores, a Prefeitura cedendo apenas o caminhão e o motorista. Em Boa Viagem, onde existe uma associação de bairro chamada Sociedade dos Amigos de Boa Viagem, já na administração Miguel Arraes, foram pavimentadas todas as ruas transversais à avenida Boa Viagem, em regime de cooperação. Quer dizer, era uma gente de melhor padrão econômico, que podia

contribuir, não se cobra ainda contribuição de melhoria no país todo, mas, a sociedade dos amigos do bairro, em articulação com o governo municipal, promoveu essa indenização. Cada um pagou. Então, a Prefeitura pavimentou todas as ruas transversais à avenida Boa Viagem. E além disso, as associações de bairro ajudavam o Prefeito a explicar ao povo dos bairros a dificuldade de atender aos problemas pessoais, ao problema do emprego, ao problema de dar uma casa, de dar essas soluções. A gente explicava que tinha que dar solução aos problemas coletivos. As direções das associações de bairro ajudaram muito.

D.P. – Como eram escolhidas as direções de cada associação?

P.S. – Por eles próprios, pelos moradores do bairro. Eles apenas comunicavam depois a Prefeitura, e pronto. Arranjavam uma casa lá para funcionar.

D.P. – Mas a Prefeitura ia lá, incentivava a criação da associação?

P.S. – A Prefeitura, através da Secretaria Assistente, da Secretaria do Governo, fez a divisão da cidade em bairros para ver onde eram as zonas mais populosas que mereciam ter associação de bairro. Um bairro paupérrimo, por exemplo, o Caçote, fica perto do Aeroporto, do aeroporto antigo, em Areias. O Caçote teve uma associação de bairro que era um espetáculo. A gente chegava lá numa audiência pública, a população paupérrima, miserável, e era admirável a sensibilidade e a compreensão que eles mostravam. Eu acho que foi um grande fator de educação, inclusive, do povo. E de estabelecer uma ponte de compreensão entre o governo municipal e a população. E eu tive essa experiência. Quando fui candidato a vice-governador, eu era prefeito, e era prefeito fazia 3 anos. Então eu sentia um grande problema, numa campanha eleitoral, no Recife, chegava muitas vezes em bairros onde não tinha sido feito pela Prefeitura um só serviço público. Então, usei o processo, o sistema de explicar ao povo de tomar a iniciativa. Antes que me reclamassem, eu dizia: na campanha eleitoral foram abordados aqui tais e tais problemas, em reuniões de associações de bairro foram trazidos tais problemas. E eu explicava porque não tinham sido solucionados. Mas mostrava que certas obras, como por exemplo, a avenida Norte, uma avenida que deu acesso desde o bairro portuário até Casa Amarela sem passar pelo Centro, veio beneficiar demais esses morros, porque facilitou o acesso. Embora eu não tivesse feito um serviço especialmente no morro, mas um serviço de periferia. Então as associações ajudaram muito. Eu acho que a comunicação entre o executivo e o povo se tornou muito mais fácil.

D.P. – E essas associações exerciam algum papel administrativo no seu bairro, ou não? Por exemplo, escola. A Prefeitura dava algum atributo à associação?

P.S. – Acho que chegou a haver, mas não na minha época. Tenho a impressão de que depois de criado o Movimento de Cultura Popular, houve alguma coisa. Quando havia escolas nos bairros eram mantidas por eles mesmos, a Prefeitura não interferia, no meu tempo.

A.C. – E quais eram os recursos que a Prefeitura contava para fazer essas realizações? Os impostos eram suficientes?

P.S. – Naquele tempo o imposto predial pesava pouco, era principalmente o imposto de indústria de profissão, chamado hoje ISS. Mas o orçamento era muito minguado, e nós não tivemos verbas federais. Como eu disse, a única ajuda que houve foi para os ônibus elétricos, só para obter o câmbio oficial, mais nada. Então, tínhamos que nos coser com as próprias linhas, como se diz. A avenida Norte, por exemplo, foi feita, toda ela, com recursos da Prefeitura. E, em administrações posteriores, o governo federal admitiu que essas avenidas de penetração pudessem ser financiadas pelo Fundo Rodoviário, porque elas constituíam acesso às rodovias principais. Hoje, se não me engano, na administração que se seguiu à minha, depois do golpe militar (1964), foram construídas várias pontes no Recife, com verbas, recursos, provenientes do SUDENE. Hoje há uma infinidade de convênios com o governo federal.

A.C. – É o governo federal que sustenta, basicamente.

P.S. – É. Projeto Cura e outras coisas aí.

A.C. – Naquela época não?

P.S. – Eu não tive nada, absolutamente nada.

A.C. – E como eram os seus entendimentos com o governador, ele dava algum tipo de ajuda?

P.S. – Não. Inicialmente o governador era Cordeiro de Farias, eu tive o melhor nível de entendimento com ele. Embora não houvesse identificação política, sempre nos entendemos muito bem. Ajuda financeira o Estado não podia dar, mesmo que houvesse da parte dele desejo nesse sentido. Mas houve muita compreensão. O caso do Parque 13 de Maio, por exemplo, a Prefeitura cedeu ao governo do Estado naquela ocasião, e isso foi um pedido pessoal que eu recebi do general Cordeiro de Farias, uma parte do Parque 13 de Maio para a construção do Instituto de Educação, lá no fundo. Com o acerto de que em troca o estado desapropriaria aquelas casas que dão para a rua Princesa Isabel, e entregaria à Prefeitura também aquele prédio que era da Escola Normal, onde está hoje a Câmara Municipal, para que esses edifícios fossem demolidos, aumentando o Parque, compensando assim a área que nós estávamos cedendo. Quer dizer, houve um bom nível de compreensão. No último ano da minha administração, já o governador foi Cid Sampaio. Nessa ocasião, eu estava já eleito vice-governador, mas, enquanto Cid assumiu em 31 de janeiro de 59, eu só vim a assumir em 15 de dezembro do mesmo ano, por força de uma decisão judicial. Discutia-se se eu poderia acumular o exercício do cargo de Prefeito, com a titularidade do cargo de vice-governador.

A.C. – O senhor não queria abdicar do cargo de prefeito.

P.S. – É, eu não queria deixar a Prefeitura porque havia ainda obras a terminar, e temia uma mudança de orientação no último ano de governo. Se o vice-prefeito assumisse poderia modificar inteiramente os rumos que eu vinha dando. E eu já tinha tido essa experiência, o vice-prefeito havia assumido...

D.P. – Quem era o seu vice-prefeito?

P.S. – Era o doutor Vieira de Menezes, já falecido.

D.P. – Era o candidato da sua chapa, ou não?

P.S. – Houve dois candidatos na minha chapa: houve um candidato lançado pelo Partido Socialista, que era Sócrates Times de Carvalho, e o outro, Vieira de Menezes, lançado pelo Partido Trabalhista. Vieira de Menezes foi eleito. Mas, numa viagem que fiz a São Paulo, por 5 dias, para examinar um concurso na Faculdade de Arquitetura da USP, me ausentei por 5 dias. O vice-prefeito assumiu, e então foi um período em que os vereadores foram para dentro da Prefeitura, batiam diretamente atos de nomeação. Quando voltei, ao fim de 5 dias, havia 47 nomeações para altos cargos na Prefeitura. Em suma, tinha se criado uma situação de incompatibilidade com os meus secretários, e fiquei então sem condições. Eu tinha toda razão, portanto, para temer que deixando a Prefeitura, em começo de 59, houvesse assim uma política de arrasamento. Mas, recorri ao Tribunal, defendendo a acumulação, porque seria titularidade de um cargo com o exercício do outro. Eu só teria que optar se viesse a ter que assumir o governo, aí eu não poderia exercer os dois, teria que optar, definitivamente. Mas o Tribunal decidiu aqui que eu podia acumular, houve recurso para o Supremo, e a decisão do Supremo só chegou no fim do ano. Enquanto isso, minha posse no cargo de vice-governador estava suspensa, e só vim a assumir em dezembro.

D.P. – E a decisão foi favorável?

P.S. – Não, não chegou a ser julgado. Porque foi julgado aqui no Superior Tribunal de Justiça, que eu não podia acumular, houve recurso para o Supremo, mas o Supremo não chegou a julgar. Então desisti do mandato de segurança, porque tinha que desistir para poder assumir o cargo de vice-governador. Terminei o mandato de prefeito, e assumi o cargo de vice-governador. Exerci o cargo de vice-governador até janeiro de 63, e nesse período tive várias oportunidades de ficar em exercício. Quando deixei o cargo de vice-governador, fui secretário de Viação, durante o governo de Miguel Arraes, até dezembro, quando assumi, de novo, a Prefeitura, eleito, e só fiquei três meses, até abril.

A.C. – Como foram as relações suas com Cid Sampaio?

P.S. – Boas. Fizemos a campanha juntos, e não houve nenhum problema, embora tivéssemos tomado posições políticas antagônicas em mais de uma oportunidade. Por exemplo, na campanha para presidente da República, em 1960, apoiei a candidatura do Marechal Lott, e ele apoiou Jânio. Na candidatura de prefeito ficamos juntos, porque apoiei Miguel Arraes e Cid também apoiou. Cid fez a campanha de Miguel Arraes, na praça pública, juntamente comigo, para prefeito, em 1959. Quando Arraes foi candidato a governador em 1962, competindo com João Cleofas, novamente eu e Cid ficamos em campos opostos, eu apoiei Arraes. Mas, no campo administrativo, não houve problema nenhum, assumi várias vezes o exercício, não modifiquei, nunca criei problemas para a administração.

A.C. – O senhor viu por exemplo a prefeitura de Miguel Arraes como uma continuação de sua própria experiência na Prefeitura?

P.S. – Ah, teve sim, teve o mesmo sentido. Inclusive ele manteve esse entendimento com as associações de bairro, a mesma preocupação com o andamento das obras

públicas. Depois, interrompeu a Prefeitura para ser candidato a governador, não chegou ao fim do mandato.

D.P. – E a campanha de Cid Sampaio, você se engajou bastante como prefeito da cidade, porque me parece como foi uma campanha de muita força aqui em Pernambuco.

P.S. – A candidatura de Cid Sampaio e a minha para vice-governador tiveram o apoio de amplos setores da opinião pública: as classes produtoras, que tinham tido como motivação a campanha de Cid contra o Código Tributário, pouco tempo antes, durante o governo Cordeiro de Farias. Nessa ocasião Arraes era deputado do PSD e se engajou na campanha contra a candidatura Jarbas Maranhão, que era apoiada pelo general Cordeiro, e depois foi secretário da Fazenda de Cid Sampaio. Além das classes produtoras, que participaram ativamente da campanha, Cid teve o apoio da UDN, partido de que fazia parte, e cujo presidente, no Estado, era Lael Sampaio. Tivemos também o apoio do Partido Socialista, do Partido Trabalhista...

D.P. – Foi uma coligação contra o PSD...

P.S. – Aqueles partidos pequenos todos, aqueles partidos mais ligados ao PTB. E dos comunistas que participaram da campanha também.

D.P. – Parece que houve uma cerrada oposição da Igreja, não é? Dom Antonio.

P.S. – É. Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, já tinha feito uma campanha contra a minha candidatura a prefeito, em 55. Fez uma campanha fortíssima, chegando ao ponto de fazer divulgar uma nota, atribuída à Liga Eleitoral Católica, dizendo que eu não podia ser votado pelos católicos por ter ligações com os comunistas. Mas a campanha de dom Antônio foi inteiramente negativa, tanto assim que a minha candidatura teve 2/3 do eleitorado. Ninguém vai imaginar que 2/3 do eleitorado do Recife estivesse engajado...

D.P. – Você não havia dado uma verba para a construção do seminário da Várzea?

P.S. – Havia, mas isso já foi depois de eleito prefeito. Ele combateu a minha candidatura a prefeito. Mas depois como prefeito...

D.P. – Você conseguiu se relacionar bem?

P.S. – Todas as subvenções que entidades ligadas à Igreja tinham, no orçamento, foram pagas normalmente.

D.P. – Mas suas relações com ele, foram de confronto, ou ...

P.S. – Não, não havia. Ele nunca se aproximou de nós. Nem de mim nem de Cid Sampaio. Líderes católicos como Rodolfo Aureliano, Nilo Pereira, Francisco Montenegro, todos eles tinham muito boas ligações e comunicação comigo. Mas da parte de dom Antonio, não. Ele passou os 4 anos numa posição de reserva, e quando fui candidato a vice-governador, juntamente com Cid, novamente ele fez uma pastoral, acho que é pastoral que se chama, contra as nossas candidaturas, e em seguida viajou para Roma, e, como a candidatura de Cid Sampaio tinha o apoio dos comunistas, e

Prestes vinha participar da campanha, mandou que todos os sinos das igrejas do Recife tocassem afinados quando Prestes estivesse falando, e assim aconteceu.

A.C. – A vida de Prestes aqui tinha um significado político muito grande, quer dizer, eleitoral?

P.S. – Tinha, porque ele era presidente de um partido que, afinal de contas, representava uma parcela da população. O chefe da publicidade da campanha, Albano, achava inclusive que havia, ainda, um grande número de indecisos, havia talvez 30% de indecisos, a presença do Prestes ia reduzir esse número de indecisos. Não porque esses indecisos fossem se definir pela posição do chefe comunista, mas porque a maior parte desses indecisos eram homens de pensamento liberal etc., mas que resistiam a votar em Cid, sob o argumento de que era um usineiro, e que estaria distante das aspirações populares. Então, dizia Albano que, para esses, a palavra de Prestes, mandando os comunistas votarem, fazia com que eles também se sentissem seguros. Se os comunistas mais extremados, mais radicais, iam votar no usineiro...

A.C. – Quer dizer que foi uma decisão quase que cientificamente estudada, planejada?

P.S. – Não, ele veio independentemente disso. Mas o organismo de publicidade da campanha considerou que essa vinda dele foi favorável.

A.C. – Porque poderia provocar a tendência oposta, não é? Que uma parte das pessoas moderadas se afastassem. Esse foi o risco.

P.S. – Mas foi uma frente tão ampla, que a eleição de Cid foi por uma diferença de mais de 100 mil votos, não me lembro qual era o eleitorado na época. Tanto que o general Cordeiro de Farias considerou que tinha sido uma derrota do governo dele, e renunciou.

A.C. – Renunciou bem antes.

P.S. – Não, renunciou 3 meses antes. Logo depois da eleição, ele renunciou. Ele devia passar o governo a Cid em janeiro, renunciou acho que em outubro.

A.C. – O candidato era Jarbas Maranhão, não é?

P.S. – Era Jarbas Maranhão, e para vice era José do Rego Maciel, que tinha sido prefeito do Recife.

A.C. – Como o senhor explica a derrota fragorosa do governo anterior e a vitória esmagadora do Cid, naquela época? Que condições se criaram para que houvesse esse contraste tão grande?

P.S. – Havia uma verdadeira oligarquia dominando Pernambuco fazia 20 anos. E o *slogan* principal da campanha de Cid foi, justamente, a derrubada dessa oligarquia, mas ao mesmo tempo ele fez da campanha dele, como tema central, a política desenvolvimentista.

A.C. – O desenvolvimentismo chegando a Pernambuco.

P.S. – Na ocasião pesou muito. Então ele defendeu a instalação de novas indústrias, estimulou muito a SUDENE, e se houve erros na instalação de indústrias, como por exemplo, a Coperbo é meio discutida, se não teria sido melhor em lugar da Coperbo fazer várias fábricas. Mas houve um grande esforço, inclusive Cid viajava constantemente para o Rio, e para Brasília, buscando apoio para essa política desenvolvimentista.

A.C. – E o Juscelino deu apoio, quer dizer, não antagonizou?

P.S. – Não. Foi criada a SUDENE, várias indústrias, foi criado um escritório de Pernambuco em São Paulo, várias indústrias foram se instalando aqui, trazendo recursos do imposto de renda... Não tenha dúvida de que a política desenvolvimentista foi implantada nessa ocasião.

D.P. – Pelópidas, como você explica essa aliança de usineiros com comunistas?

P.S. – Tem havido política de frente ampla, de frente única, e de frente eleitoral em várias oportunidades no Brasil. Em Pernambuco houve inúmeras vezes. Depois de eu ter sido candidato a governador, naquela primeira vez, em 1947, depois que fui prefeito, foi lançado um outro candidato a governador contra a candidatura Etelvino Lins.

D.P. – Osório Borba.

P.S. – Osório Borba era do Partido Socialista, filiado ao Partido Socialista. Teve também o apoio das esquerdas. Essa foi uma candidatura mais de protesto, mas houve uma frente popular grande. Mas uma frente assim, de classes produtoras, vamos dizer, de UDN com os partidos de esquerda, era menos comum. A primeira vez que houve foi na eleição de Cid. Mas a principal motivação foi essa. A motivação de derrubar uma oligarquia política, e ao mesmo tempo apresentar novos rumos.

D.P. – Quer dizer, era uma campanha contra a máquina pessedista?

P.S. – Contra a máquina pessedista.

MS- Mas os comunistas já tinham apoiado Cleofas uma vez.

P.S. – Sim, também isso, as forças de esquerda apoiaram João Cleofas contra a candidatura do general Cordeiro de Farias, isso pouco tempo antes. Comunistas e socialistas foram para praça pública apoiando João Cleofas.

A.C. – Quer dizer que o grande inimigo era Etelvino Lins, e não Cordeiro, propriamente.

P.S. – Ah, era. O general Cordeiro não era um político militante, ele chegou ao governo através do pessedismo. Era o comandante do 4º Exército, naquele tempo Zona Norte, aqui em Pernambuco. E um homem com uma tradição, um passado muito honroso, tinha sido um dos generais mais respeitados na FEB, tinha sido interventor no Rio Grande do Sul, tinha uma experiência, de modo que a candidatura dele foi lançada, mas foi lançada através do pessedismo.



A.C. – O pessedismo era combatido como um governo policial.

P.S. – Policial, principalmente. Eram 20 anos de oligarquia, mas especialmente o policialismo. Porque foi o PSD que dominou no Estado Novo, dominou em Pernambuco com Agamenon, depois Etelvino foi governador. O domínio dos coronéis do interior, o coronelismo é uma coisa séria nessa época. O coronelismo começou a ser derrubado depois. De modo que o general Cordeiro foi combatido justamente porque ele estava representando o pessedismo.

D.P. – Entretanto é o pessedismo que vai apoiar Arraes para governador do Estado.

P.S. – Exato, foi aí já um setor, não foi todo o PSD.

D.P. – A ala majoritária.

P.S. – Não, o grupo Etelvino Lins, por exemplo, não apoiou Arraes. Paulo Guerra foi candidato a vice-governador na chapa de Arraes, com o apoio dessas mesmas forças, socialistas, comunistas, PSD, esses partidos, PTB.

A.C. – O PSD do interior ficou mais com Cleofas, ou não?

P.S. – Não.

D.P. – Havia Armando Monteiro, que era apoiado por um setor do PSD.

P.S. – Armando Monteiro Filho, apoiado por um setor do PSD. Havia um antagonismo muito grande entre PSD e UDN. De modo que é natural que uma ala do PSD tenha ido para Armando Monteiro. Mas a candidatura João Cleofas naquela ocasião agrupou as forças mais progressistas, foi em 54.

A.C. – Voltando um pouco atrás, eu queria perguntar ao senhor como o senhor enfrentou Barbosa Lima na campanha, porque Barbosa Lima era visto como candidato progressista, não é? Qual era o seu julgamento, e o daqueles que o apoiaram?

P.S. – Naquela época, de qualquer modo, Barbosa Lima vinha também pela mão do pessedismo. Tinha terminado o Estado Novo, Agamenon tinha sido o interventor do Estado Novo, e foi ele que trouxe a candidatura Barbosa Lima. De modo que estava tudo dentro desse contexto, do desejo de mudar. Já a candidatura Neto Campelo representava a UDN, inegavelmente eram correntes menos progressistas, sem dúvida. A minha candidatura teve mais o sentido de candidatura de protesto, contra essas candidaturas que saíam dos bastidores da política, sem nenhuma consulta popular.

A.C. – Quer dizer, ela já indicava um antagonismo ao Estado Novo, num certo sentido.

P.S. – É, teve mais esse sentido. Barbosa Lima filiou-se ao Partido Socialista um pouco antes de mim. Eu me filiei ao Partido Socialista em 1960, ele se filiou antes. Quando foi eleito deputado federal, em 58, ele era um dissidente do PSD e apoiou a candidatura Cid Sampaio. Depois de ter sido governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho foi procurador da Prefeitura do Distrito Federal e teve uma atuação marcante, posições nacionalistas das mais definidas, e essas posições ele tem mantido através dos tempos.

De modo que foi uma posição de coerência dele quando ingressou no Partido Socialista. Afinal de contas, nós políticos passamos por várias fases. Quer dizer, é uma etapa. Naturalmente as posições nacionalistas do doutor Barbosa, essas tendências dele, já existiam naquela época em que ele foi governador. Mas apenas ele foi governador trazido pelas mãos do pessedismo, numa época em que a luta entre PSD e UDN foi muito definida, muito marcante.

A.C. – Quer dizer, o senhor acha que as bases de apoio revelam muito as possibilidades do governo?

P.S. – Dificultam às vezes. Principalmente quando é um governo que vem de bases partidárias muito definidas. Já não se deu isso comigo em 55, porque embora eleito por determinadas forças, eu não sendo filiado a partido, e tendo tido uma votação que revelava, não somente o apoio dessa base partidária, mas também de grandes setores da população, tive liberdade de fazer uma administração mais isenta de pressões partidárias. Admito, em relação ao doutor Barbosa, que aquela fase em que ele estava ainda preso, ligado ao PSD, ligado àquelas origens.

A.C. – Ele criou, por exemplo, raízes profundas no meio dos fornecedores, que foram afinal beneficiados com o IAA, ou manteve-se à margem desses grupos?

P.S. – Não, ele se preocupou sempre com esses problemas. Eu não sei se ele terá criado raízes nessa área, mas ele trazia o nome, a responsabilidade de um nome tinha sempre pensado muito em tratar dos problemas da indústria canavieira. E a atuação do doutor Barbosa como deputado federal foi também marcante. Deputado federal já então pelo Partido Socialista.

D.P. – Você poderia falar um pouco da sua entrada, do seu engajamento no Partido Socialista?

[FINAL DA FITA 2-A]

P.S. – Sempre as minhas posições políticas, o meu pensamento político esteve identificado com o programa do Partido Socialista. Mas eu discordava de muitas posições que o Partido Socialista adotou em várias oportunidades. O Partido Socialista surgiu de uma seção da UDN, chamada Esquerda Democrática. Bom, a Esquerda Democrática congregou homens e pensamento socialista, mas de várias correntes. Quer dizer, havia pessoas de pensamento marxista, que haviam dissentido das posições do Partido Comunista em 1945, e então se filiaram à Esquerda Democrática. Havia também homens socialistas católicos. Havia também outros que tinham apenas o pensamento socialista mais liberal, sem engajamento marxista, sem nada. Então, no Partido Socialista, desaguararam todos esses grupos, e o Partido Socialista se encarregou de homogeneizar, mas as posições eleitorais do Partido Socialista não me agradavam. O Partido Socialista em 1945, é natural, apoiou o Brigadeiro Eduardo Gomes, estava ligado à UDN. Mas, quando Juscelino foi candidato, o Partido Socialista apoiou Juarez Távora. Nessa ocasião, eu tive que acertar aqui alguns entendimentos com o Partido Socialista e o Partido Trabalhista, para que eu pudesse fazer minha campanha, defendendo a candidatura Juscelino/Jango. Nos comícios do Partido Trabalhista, eu defendia livremente a candidatura Juscelino/Jango. E nos comícios do Partido Socialista, silenciava a respeito de candidaturas federais, e os socialistas também não

tratavam desse assunto quando eu estava presente. Foi uma forma de eu ficar com liberdade, liberdade que não teria se eu fosse filiado ao Partido Socialista da época. Mas depois teve outra posição do Partido Socialista que eu discordei... Foi o Juarez...

A.C. – Jânio, não é?

P.S. – Não, no período do Jânio, o Partido Socialista dividiu-se. Um grande setor do Partido Socialista, em São Paulo, apoiou Jânio. Mas já depois, aqui em Pernambuco, aí então o Partido Socialista passou a ter posições eleitorais muito coerentes com as suas posições, com a sua programação. Posições bem definidas. Basta dizer que embora se procure confundir sempre socialistas e comunistas, isso ainda hoje, é uma técnica, eles sempre se diversificaram na atuação. O Partido Socialista fez frente única com os comunistas muitas vezes, mas nunca deu legenda ao Partido Comunista. Sempre a legenda dos comunistas era através de outros partidos, PTB, PTN, PSD..., o Partido Social Democrático deu legendas aos comunistas até para cargos executivos, de prefeito, etc. O PSD, Partido Social Democrático. Agora, o Partido Socialista, embora fizesse frente única com os comunistas, muitas vezes, em frentes eleitorais, sempre se manteve numa posição própria.

A.C. – Eu queria perguntar ao senhor por que não o PTB – uma pergunta até que eu faria a outros líderes da época – por que não o PTB? O que havia de errado com o PTB em Pernambuco?

P.S. – Vou lhe dizer. Então vou contar um episódio que eu não contei. Em 1950, eu fui procurado pelo ex-ministro Salgado Filho, e por Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, filho de João Pessoa, que era ligadíssimo ao Presidente Getúlio Vargas. Nessa época, Getúlio ainda não era presidente, estava na fase do ostracismo. 1950, isso foi em janeiro de 50, no fim do ano ele se elegeu presidente. Então, eles me convidavam para aceitar a direção do Partido Trabalhista, em Pernambuco. Aceitei, inclusive, ir a Itu onde passei um dia conversando com Getúlio. Antes, cheguei a fazer, a pedido do doutor Salgado, uma sugestão de programa para o Partido Trabalhista, programa esse que depois foi examinado por Alberto Pasqualini. O próprio Getúlio dizia: o Partido Trabalhista deve ser um partido socializante, que prepare o país para o advento do socialismo, mas não um partido socialista. Tanto que eu próprio nesse programa que fiz, dizia: o Partido Trabalhista defende a exploração privada dos meios de produção. Eu até disse a Getúlio: não é o meu pensamento, eu sou um socialista, mas acho que o Partido Trabalhista é um partido de evolução. E passei um dia inteiro lá. Mas, as condições locais de Pernambuco é que me conduziram a não aceitar a direção do Partido. Quer dizer, a composição da direção partidária, e uma série de problemas que eu teria de enfrentar. Eu, afinal de contas, não tinha uma experiência de vida partidária. Ia começar dirigindo um partido com o qual não estava identificado, nem identificado, muitas vezes, com certos métodos adotados por elementos ligados ao PTB. De modo que era difícil. Então, depois, escrevi uma carta ao Presidente Getúlio Vargas, explicando porque preferi não aceitar.

A.C. – Quem eram os próceres petebistas aqui?

P.S. – Na ocasião em que ele veio como candidato a Pernambuco, eu fui visitá-lo. Já nessa ocasião, quando não aceitei, foi escolhido presidente o doutor Severino Mariz. Era usineiro, falecido há pouco tempo. E depois de Severino Mariz, o presidente do PTB foi

Barros Carvalho. Então, fui visitar Getúlio na casa de Severino Mariz, fui cumprimentá-lo quando ele era candidato a presidente. Quer dizer, foram razões assim, mais locais, que me fizeram... Talvez, em outra situação, eu tivesse entrado no PTB como simples membro do Partido, mas a oportunidade que surgiu era de entrar como presidente do Partido, em Pernambuco. Achei que a minha experiência partidária não dava para começar com essa função.

A.C. – A sua convicção não era tanta, não é?

P.S. – Não era tanta, e com um partido que eu tinha que organizar, na prática.

D.P. – E o senhor ficou no Partido Socialista até quando?

P.S. – Até quando ele foi extinto.

D.P. – Quem eram as figuras principais daqui de Pernambuco que participavam?

P.S. – Eu fazia parte do Diretório Nacional do Partido Socialista, e como tal participei, em 1961, de uma reunião do Diretório Nacional, no Rio, sob a presidência de João Mangabeira, que era o presidente do Partido. Em 62, fui candidato a deputado federal. Nessa ocasião eu não tinha maior interesse em ser deputado federal.

D.P. – Em 62?

P.S. – 62, quando Arraes foi candidato a governador. Eu era vice-governador. E eu não queria. Primeiro, nunca tive tendência para cargo legislativo, em cargos executivos fui levado, assim, por determinadas circunstâncias, e muitas vezes, me empolgava por programas administrativos. Mas nunca tive *élan*, nem tenho jeito de fazer discurso, não sou orador. Fazia discurso porque não havia outro jeito, mas sabendo que não era orador, procurando apenas me comunicar.

D.P. – Imagina se tivesse jeito, hein?

P.S. – Me comunicar, falando com simplicidade, mas nunca tive condições de ser orador. Então eu não queria ser deputado, inclusive não tinha interesse de sair daqui, ir morar em Brasília, nada disso. Os problemas pessoais também pesam um pouco na gente, não é? Era mudar a minha vida totalmente. Na verdade, eu não desejava ser deputado. Mas recebi uma carta do dr. João Mangabeira, em que ele me fazia um apelo no sentido de eu aceitar a candidatura a deputado. E ele argumentava assim, nessa carta... “Aceitei, aos 82 anos de idade, o cargo de Ministro das Minas e Energia, para evitar que o cargo caísse nas mãos de uma entreguista. Aceitei esse cargo, que constitui um grande peso para os meus ombros, já cansados dessa longa vida e, assim, eu me sinto em condições de exigir de você que aceite a candidatura de deputado”. Fui candidato numa frente, era o ABC, Aliança da Base Cívica, era Partido Socialista, era Partido Trabalhista, PTN, PST. Foram eleitos, somente, Valdemar Luís Alves, que era o superintendente do INPS aqui, e, em segundo lugar, Francisco Julião. Fiquei primeiro suplente.

A.C. – Foi a propósito da substituição desse Valdemar Luís Alves que houve uma questão séria com o governo federal, depois que o Jango o nomeou substituto, ou eu

estou me enganando? E como eram os líderes petebistas, como é que eles atuavam, que tipo de compromisso eles tinham? Barros Carvalho... Qual era a posição deles?

P.S. – O Partido Trabalhista, inicialmente, tinha um sentido assim mais de apoio rigoroso às diretrizes do Presidente Getúlio Vargas. E era um partido que muitas vezes caminhou paralelamente ao PSD. Juscelino, por exemplo, apoiado pelo PSD e pelo PTB, teve Jango como vice. Então, a diferenciação em termos de ligação com o governo não era muito grande, mas o PTB, sem dúvida, era um partido de massa, um partido que através dos seus líderes teve uma atuação marcante.

A.C. – E Barros de Carvalho era uma pessoa de confiança do PTB nacional?

P.S. – Barros de Carvalho se iniciou na vida pública como suplente de deputado em 45, pela UDN, era suplente de Gilberto Freire. Assumiu várias vezes quando Gilberto se licenciava. Depois, elegeu-se deputado. E tinha posições muito boas, era um homem de muito descortino, ele realmente assimilou bem as consígnias de um partido popular como o PTB.

D.P. – E aqui as lideranças do Partido Socialista, além do senhor quem mais havia?

P.S. – Nunca fui presidente do Partido Socialista, o último presidente do Partido Socialista foi Newton Cardoso. Foi um grande presidente do Partido. Muito compreensivo, tinha condições de entendimento com os outros partidos, com muita facilidade, e traduzia, realmente, o pensamento socialista.

D.P. – Que outros nomes do Partido Socialista de Pernambuco você se lembra?

P.S. – Antonio Baltazar, Luiz Carlos de Andrade, Marcos Freire, Barbosa Lima Sobrinho, Francisco Julião, Fernando Coelho, Antonio Carlos Cintra do Amaral.

A.C. – Quando o senhor estava na Prefeitura, as Ligas Camponesas começaram a ter uma atuação local relativamente importante, e ao que parece nessa época fizeram passeatas, em Recife, se dirigiam à Assembléia, na época do Cordeiro de Farias, ainda. O senhor acompanhou isso, como prefeito?

P.S. – Mas as ligas não tinham uma atuação local muito grande, não. Havia o problema do engenho Galiléia, onde começaram as Ligas Camponesas em Pernambuco. Francisco Julião, era um advogado modesto, no interior, oriundo de uma família de fazendeiros lá de Bom Jardim, e começou a defender camponeses contra donos de terra. Chegou a ter umas 300 ou 400 causas em mão, e isso despertou o interesse dele para esse problema. E daí é que veio, algum tempo depois, a organização da primeira liga camponesa, no engenho Galiléia, que foi depois desapropriado na época de Cid Sampaio para se fazer uma experiência de colonização da qual não sei o resultado.

A.C. – Quer dizer que essas passeatas que parece terem sido feitas em 55, 57, o senhor não tem idéia de terem tido um peso grande?

P.S. – Não me lembro disso não, porque não tinha maior ligação com os problemas do município do Recife. Houve alguns entendimentos de elementos ligados a Liga Camponesa com a minha secretaria de Agricultura, em torno de aproveitamento das

terras ao redor de Recife, para plantio de legumes, etc. Elas atuavam principalmente no interior.

A.C. – O senhor pode dar alguma informação sobre um famoso Congresso de Salvação do Nordeste que foi realizado em 1955, que eu acho que o senhor foi um homenageado, ou alguma coisa assim?

P.S. – Fiz parte da comissão organizadora do congresso, que foi dirigido e orientado por Souza Barros que, hoje vive no Rio, é uma pessoa de grande categoria, autor de um trabalho intitulado “A Década de 20 em Pernambuco”, um trabalho muito interessante, e tem muita coisa sobre o Nordeste. Foi quem iniciou, podemos dizer, a defesa do Nordeste em termos de se chegar a ter um organismo especificamente para defender o desenvolvimento da região.

A.C. – Foi precursor da SUDENE um pouco, não?

P.S. – Foi. Souza Barros então organizou o Congresso Para Salvação do Nordeste, foi em 55. Eu tenho aí os estatutos desse congresso, as conclusões, é que a minha biblioteca depois da enchente ficou muito desorganizada, a enchente aqui deu um metro e meio.

A.C. – Se eu soubesse disso... Fui buscar nos Estados Unidos, na biblioteca de... se seu soubesse que o senhor tem.

P.S. – O Congresso de Salvação do Nordeste foi muito interessante despertou todos esses problemas.

A.C. – Eu gostaria que o senhor falasse um pouco do sentido desse Congresso, porque há uma série de itens importantes que foram discutidos, problema de minerais, de mineração, de recursos naturais, mas há também alguns itens já bastante avançados sobre problema de reforma agrária, de mudança na propriedade da terra, enfim, o senhor tem lembrança do clima em que se desenvolveu esse Congresso?

P.S. – Olha, fica meio difícil eu lembrar isso, porque é a tal coisa, depois disso já houve tantos problemas, eu fiquei engolfado em tantos problemas administrativos, você veja, depois disso eu tive a Prefeitura de 55 a 59, depois o cargo de vice-governador, depois prefeito de novo. Quer dizer, os problemas da cidade dominaram aí. Eu me lembro que as consignas do Congresso de Salvação eram essas que foram objeto depois da criação da SUDENE, com esse departamento de recursos minerais, de recursos humanos, tudo isso era apresentado esquematicamente. Uma fase que eu considero muito importante na minha passagem pela vida política do Estado foi o Centro de Defesa do Petróleo. Havia o Centro de Defesa do Petróleo em todo o país, mas naquela época falar em petróleo, falar em Petrobrás, era comunismo.

A.C. – Era isso que eu queria perguntar ao senhor...

P.S. – Eu me lembro que na época na minha ficha, na ficha que fizeram a meu respeito na Polícia, tinha o seguinte: organizou o Congresso de Defesa do Petróleo.

A.C. – Era o selo.

P.S. – Era o selo. Eu participei uns 8 anos dessa luta, pelo monopólio estatal.

A.C. – Começou em que ano?

P.S. – O monopólio estatal veio em 52, começou depois da redemocratização.

A.C. – Coincidiu com a sua passagem pela Prefeitura?

P.S. – Foi, foi um pouco depois disso. Quando eu saí da Prefeitura eu já fiquei participando do Centro de Petróleo. A luta pela Petrobrás surgiu assim, para você ver como se explora, qualquer movimento que viesse modificar privilégios, ou operar as formas vigentes da sociedade, é logo qualificado. Interessa a determinadas áreas qualificar como comunista, para isolar. Então no caso do petróleo houve um projeto apresentado pelo deputado comunista Carlos Marighela, isso na Constituinte de 46, ele foi constituído em 46. Esse projeto estabelecia maioria de capital nacional, então o general Horta Barbosa, que foi justamente presidente do Centro Nacional de Defesa do Petróleo depois disso, combateu esse projeto dizendo que isso não resolveria o problema, que 51% de capital nacional permitiria a entrada dos testas de ferro. Capital nacional apenas, então tinha os testas de ferro, então não haveria maioria, essa maioria era ilusória. Ele citava exemplos... Tinha que haver 51% de capital da nação, não é capital nacional não, capital estatal. Ele dava exemplos: Rockefeller, que com 25% das ações dominava inteiramente a empresa, porque comparecia com os 25% das ações e as outras estavam espalhadas. Quer dizer, 51% de capital nacional é ilusório, e os testas de ferro... Podia ser que grande parte desse capital não comparecesse as assembleias. Então essa tese do General Horta Barbosa foi vitoriosa em todas as áreas, e os comunistas também adotaram essa tese. Você vê como a história é contada diferente, o Marighela retirou a candidatura, e adotaram essa tese. A campanha do petróleo foi dirigida pelo General Horta Barbosa e por vários outros generais da reserva, General Edgar Buxbaum, Cruz Cordeiro, e diversos outros. Criação de centros em todos os estados, nós fizemos congressos, fizemos um congresso aqui no Teatro Santa Isabel em que a Polícia acabou sendo desalojada lá de cima pelos estudantes. A Polícia foi para lá para lançar gás sulfídrico, e coisas assim.

A.C. – Havia muita gente?

P.S. – Havia inclusive repressão contra a campanha pelo monopólio estatal. O grande teórico, quem redigiu a lei que criou a Petrobrás, foi um grande economista que morreu há pouco tempo, Jesus Soares Pereira, que foi exilado, foi cassado, a grande atuação dele foi essa: redigiu a lei criada no governo de Getúlio em 52.

A.C. – Bilac Pinto também teve a ver, não é? A UDN acabou interferindo no final, e o Getúlio deu força.

P.S. – É, porque havia a tese do Juarez, que a UDN defendia inicialmente. A tese do Juarez que era essa, do capital nacional, ele ficou na etapa anterior. Esse foi um movimento extraordinário, e a Petrobrás hoje está aí.

A.C. – E aqui no Recife houve uma grande receptividade a essa campanha, ou o senhor se sentiu um pouco isolado, perseguido?

P.S. – Não, não, houve uma grande mobilização. Havia sempre um pouco de repressão, mas houve muitas figuras... Osvaldo Lima Filho, que depois foi ministro de Jango, era o vice-presidente do Centro de Petróleo. Eu fiz parte da diretoria, quer dizer, houve vários políticos, não me lembro, já faz muito tempo, afinal de contas, mas houve participação ativa de muitos políticos.

A.C. – E depois então com a vitória do governo Arraes o senhor participou da campanha para governador?

P.S. – Eu participei da campanha para governador sim. Eu era prefeito, e participei ativamente porque eu não tinha nenhuma razão para não participar, porque o governador da época, doutor Cid, participou ativamente da campanha, em favor do Cleofas. De modo que eu participei da campanha de Arraes.

A.C. – O senhor poderia nos falar como isso transcorreu, qual foi o seu papel nessa campanha, de que maneira o senhor ajudou a eleição dele?

P.S. – Ajudei participando de comícios e da pregação, onde foi possível. Principalmente na cidade do Recife, viajei algumas vezes para o interior, mas principalmente no Recife, porque eu era prefeito, eu nunca pude viajar, me ausentar muito da cidade. Mas a minha atuação foi principalmente de pregação e comícios.

A.C. – O senhor notou alguma diferença substancial com relação a essa campanha, comparada com a de Cid, anteriormente, em termos de radicalização, de dificuldade, mesmo?

P.S. – Houve muitas dificuldades, porque houve uma verdadeira guerra santa contra a campanha de Arraes. Classificada como candidatura perigosa, ele foi isolado, as classes produtoras combatiam, etc, muito diferente da campanha de Cid.

A.C. – Não houve apoio nenhum das classes produtoras?

P.S. – Não, houve apoio das produtoras à campanha de Arraes para prefeito. Mas três anos depois quando ele se candidatou...

A.C. – As classes produtoras apoiaram a prefeitura?

P.S. – Apoiaram sim.

A.C. – De que maneira elas apoiaram?

P.S. – Apoiaram mesmo participando de reuniões... Eu me lembro que Cid uma vez promoveu uma reunião das classes produtoras no Palácio para justificar o apoio a Arraes.

A.C. – E houve dificuldade para convencê-los, não?

P.S. – Não, naquela ocasião não. Logicamente aí a posição de Cid deve ter sido favorável.



A.C. – E o que mudou nessa campanha? Porque, do que eu me lembro, objetivamente o grande apoio de Arraes nessa campanha foi Recife, não é? Enfim, todo aquele trabalho que tinha começado com o senhor na Prefeitura, e que tinha continuado com ele.

P.S. – Mudou a posição do governador, das forças do governador, e em consequência disso as produtoras também. A candidatura de Arraes passou a ser vista como uma candidatura radical, certas forças deram essas características.

P.S. – Cid... apoiou, de qualquer maneira foi para praça pública.

D.P. – Mas foi um apoio não muito firme, não é?

P.S. – Não, depois que ele apoiou foi firme, mas resistiu um pouco a ir.

? – Mas foi na última hora.

P.S. – Aliás Arraes diz isso, naquela entrevista do Pasquim. Ele diz isso, que o apoio de Cid não foi assim, espontâneo.

D.P. – A UDN é o partido das classes produtoras de Pernambuco, não é isso? Você considera a UDN mais conservadora do que o PSD, ou menos conservadora? Qual a distinção que o senhor faz entre a UDN e o PSD, porque é meio controvertida, essa história.

P.S. – Considero que a UDN na época, representava forças mais reacionárias.

D.P. – Em qual período? Ao longo da história de Pernambuco?

P.S. – Sim, ao longo da história. Vamos esclarecer: em 45 ela teve uma atuação marcante lançando a candidatura de Eduardo Gomes, para democratização do país. Depois disso, passou a representar, em plano nacional, a meu ver, forças menos progressistas. Ao nível estadual, a diversificação era pequena, porque, se por um lado, a UDN tinha essas tendências, no plano nacional, por outro lado o PSD era a oligarquia que dominava o Estado através do coronelismo. De modo que em 58 a posição da UDN foi progressista.

D.P. – Agora, todos os usineiros estavam na UDN.

P.S. – Estavam.

D.P. – O PSD era um partido mais da classe média.

A.C. – Como o senhor vê a sua participação no período Miguel Arraes?

[FINAL DA FITA 2-B]

A.C. – ...sobre a sua participação na secretaria de Viação, no governo Arraes.

P.S. – Aceitei o convite de Arraes para secretário de Viação, visando especialmente a caracterizar minha identificação com o governo dele. Não bastava eu ter participado da

campanha eleitoral. Eu achava que na hora em que era chamado a participar do governo, devia aceitar para caracterizar a unidade das forças que o tinham apoiado. Eu não pretendia o segundo mandato de prefeito do Recife. Lembro-me bem de que alguns meses antes de ser candidato a prefeito, fui visitar Brizola, aqui no Grande Hotel, e ele me perguntou: “Porque você não quer ser candidato a prefeito?” Respondi: “Acho que já dei minha cota como prefeito, que é o pior cargo público, o cargo público mais difícil que se pode exercer. “Eu comparava às minhas incursões pequenas no exercício do governo do Estado. Assumi o exercício, como vice-governador, umas 15 vezes. A posição do Prefeito é muito mais difícil. Ele é que é procurado diretamente para todos os problemas da cidade. O povo acha que Prefeito é que tem, pessoalmente, que resolver todos os problemas. Portanto, eu não tinha o menor desejo pessoal de ser prefeito outra vez. Achava que deviam ter sido preparados novos quadros para a Prefeitura. Mas as circunstâncias me levaram a concordar em ser candidato. Aceitei, em fins de junho, atendendo a apelo de Arraes.

A.C. – Quer dizer, o senhor ficou 6 meses na Secretaria da Viação.

P.S. – Não, fiquei mais, porque me afastei por 45 dias como a lei mandava, fui eleito prefeito em agosto, e voltei para a secretaria de Viação, onde fiquei durante mais dois meses.

A.C. – Quer dizer, praticamente o senhor acompanhou todo o governo?

P.S. – Sim, praticamente.

A.C. – Que só ficaram o resto dos meses de 64.

P.S. – É, exatamente.

D.P. – O que você poderia falar, para a gente, do governo Arraes, você acha que foi realmente um governo notável para os interesses populares?

P.S. – Acho que teve essa característica sempre. Foi um governo que encontrou muitas dificuldades, embora o apoio popular não faltasse, encontrou dificuldades, principalmente essas de que falei, de ter havido uma verdadeira guerra santa, fantasma do comunismo. Isso, logicamente, dificultou a administração. E depois, já se estava em uma fase de efervescência, no plano nacional, já a gente sentia um clima difícil. Mas, foi um governo voltado para os interesses populares, não tenha dúvida.

A.C. – Quais as realizações que o senhor reputa as mais importantes?

P.S. – No setor da minha secretaria, por exemplo, não foi iniciativa minha, justamente foi uma sugestão de Arraes: nós instalamos lavanderias e banheiros públicos, em vários morros, em vários lugares da cidade, com chafariz junto. Quando se fazia a inauguração de uma lavanderia dessas, era uma coisa impressionante. Você imagina as lavadeiras, que não tinham água, que usavam água em casa, de lata, indo buscar a grande distância, ter um chafariz ali e a lavanderia junto.

A.C. – Como era a lavanderia, exatamente?

P.S. – Eram lavanderias como nós temos em casa, separadas, para cada uma lavar sua roupa ali.

A.C. – Tanques?

P.S. – Tanques.

A.C. – Tanques públicos.

P.S. – O chafariz é água canalizada.

A.C. – Que beleza!

P.S. – Então isso se fez em grande escala, e eram inaugurações que não se faziam para fins eleitorais, a gente sentia o entusiasmo do povo nessas horas.

A.C. – Quer dizer, era pouco, mas já era o suficiente...

P.S. – Era a preocupação com esses problemas, preocupação permanente. A eleição de Arraes foi eleição apertada. Ganhou no Recife, por 41 mil votos, parece, e perdeu no interior por 27 mil, quer dizer, foi o apoio do PSD, de Paulo Guerra, que assegurou a vitória dele. O Recife só não o elegia. Então logicamente esse apoio do PSD trazia problemas políticos.

A.C. – Certas medidas que ele queria tomar encontravam resistência.

P.S. – É, ainda havia coronéis no interior, aqueles coronéis tradicionais que apoiaram a candidatura dele, então havia dificuldade.

D.P. – E que recordações você traz do Movimento de Cultura Popular?

P.S. – Conheci pouco o movimento de Cultura Popular, porque o MCP foi criado na administração de Arraes como prefeito. Nesse período eu era vice-governador, tinha outros problemas. Quando deixei o cargo de vice-governador, já Arraes tinha deixado a Prefeitura. Fui secretário de Viação. De modo que acompanhei isso muito na periferia, o período de Anita Paes Barreto e Germano Coelho, no MCT.

A.C. – O senhor disse, há pouco, que uma das dificuldades do governador, de Arraes, teria sido a presença do PSD na sua composição...

P.S. – Foi uma das dificuldades, porque surgiam determinados problemas políticos, no interior.

A.C. – Acho que houve também grandes problemas na área mais esquerda, grupos diferentes, católicos, comunistas, etc., trotkistas, que atuavam no campo... Como o senhor situou isso, como o senhor acompanhou isso?

P.S. – Houve. Isso eu posso dizer. A ação no campo era só de Julião, inicialmente, ligas camponesas. Ao contrário do que muita gente podia pensar, não havia nenhuma ligação mais estreita entre Arraes e Julião. Julião tinha uma atuação em faixa própria. Arraes

tentou, como governador, através da secretaria assistente, atuar um pouco no problema do campo. E uma das coisas que ele conseguiu, de muito efeito, foi o salário mínimo rural ser pago. O salário mínimo rural, inclusive muitos comerciantes me dizem isso, melhorou a situação no interior. Apareciam camponeses comprando cama, que ninguém tinha, máquina de costura, tudo isso. Quer dizer, aquilo trouxe uma movimentação no comércio, foi uma das medidas de muito efeito do governo de Arraes. O movimento de Cultura Popular, de que você falou há pouco, que foi do tempo dele prefeito, teve grande atuação, funcionando, em Casa Amarela, no Sítio Trindade. Teve uma grande atuação no sentido de a Prefeitura ter um ensino municipal que não existia antes, e atuar nesse setor, no setor de cultura, que antes era tudo do Estado. No meu tempo mesmo não cheguei a fazer ensino municipal.

O problema do campo que eu estava explicando a vocês – aí paralelamente os comunistas começaram a atuar no campo também. Então a gente via Gregório Bezerra, e outros, em Palmares, atuando no campo. Quer dizer, eles não tinham nenhuma tradição de atuação no campo, a atuação dos comunistas era sempre nas áreas de indústrias.

A.C. – Foi uma inovação, naquela época.

P.S. – Eu acho, para mim parecia uma inovação. Ao mesmo tempo estavam os padres fazendo a sindicalização rural, alguns padres, Padre Melo no Cabo, Padre Crespo etc. Então havia uma dispersão enorme.

A.C. – Havia uma disputa mesmo.

P.S. – Uma disputa. E a atuação da secretaria assistente, na realidade não conquistou esses núcleos, para o governo. Continuou a luta. Isso deve ter influenciado, logicamente que influenciou, perturbou o governo.

A.C. – Quem era o responsável pela secretaria?

P.S. – Antonio Fausto Nascimento.

A.C. – ...no seu período de vice-governador?

P.S. – No meu período de vice-governador houve 2 episódios interessantes, um foi o episódio do navio Santa Maria, do capitão Galvão, em fins de janeiro e começo de fevereiro de 1961, quando eu estava em exercício. E outro foi a greve dos bancários, exatamente em um período em que fiquei em exercício do governo, durante uns 10 dias. Consegui solucionar essa greve dos bancários pela persuasão e pelo diálogo. O antagonismo entre banqueiros e bancários era tal, que houve um dia que eu estava atendendo uma comissão de banqueiros no gabinete do Palácio do Governo, quando chegaram alguns dirigentes do sindicato dos bancários. Eu, então, quis fazer uma reunião conjunta e os banqueiros resistiram. Fiquei argumentando, conversando mais uns 15 ou 20 minutos, afinal eles concordaram, representantes do sindicato dos bancários e fizemos a conversa coletiva.

D.P. – E as reivindicações foram atendidas?

P.S. – Foram atendidas quase totalmente, tanto que os bancários encerraram a greve. O episódio do navio Santa Maria coincidiu com a posse de Jânio, foi exatamente no dia que Juscelino deixava a presidência e Jânio assumia. O capitão Galvão, com 24 exilados portugueses e espanhóis apoderou-se do navio na Venezuela. O navio tinha 600 passageiros e 300 tripulantes. O “Santa Maria” chegou até defronte do Recife, em águas territoriais do Brasil. O comandante do 3º. Distrito Naval e o Governo do Estado enviaram representantes ao navio, um capitão de corveta e o Secretário de Segurança Pública. Voltaram dizendo que a situação era das mais aflitivas, porque os passageiros e os tripulantes queriam desembarcar, e o capitão Galvão dizia que só desembarcava os passageiros e os tripulantes se houvesse a garantia do governo do estado de permitir que ele voltasse para o alto mar. Ele disse a mim e ao almirante que ia afundar o navio no alto mar, com os 24, todos estavam de acordo com isso. Passamos uma tarde inteira no navio, eu e o almirante, argumentando que ele já tinha despertado a atenção do mundo, para o problema de Portugal e Espanha, que não tinha sentido sacrificar esse grupo de revolucionários. A sugestão nossa, nessa altura da conversa com ele, já o navio tinha entrado no porto, porque o presidente Jânio, atendendo a um telegrama do governo do Estado, autorizou a entrada do navio sob a guarda da Marinha de Guerra brasileira para descarregar os passageiros e tripulantes, e voltar para o alto mar. Então nosso trabalho foi convencer o capitão Galvão a não voltar para o alto mar, inclusive o navio já estava baleado, não tinha condições, já havia navios espanhóis e portugueses aí pela costa. Então ele esperou o embaixador Álvaro Lins. Álvaro Lins veio, conversou com ele uma noite inteira, e no dia seguinte houve a transmissão de comando, passando o navio à Marinha de Guerra brasileira. Mas, foi por pouco tempo, pois o presidente da República, dias depois, mandou entregar o “Santa Maria” à companhia proprietária do mesmo. O capitão Galvão tinha aceitado o asilo, ficando no Recife durante uma semana, quando viajou para São Paulo, com os demais revoltosos.

D.P. – O senhor estava como governador do Estado.

P.S. – Estava em exercício.

A.C. – Depois que o senhor passou pela secretaria de obras, não sei se o senhor gostaria de falar mais alguma coisa sobre o que foi possível fazer nesse tempo curto...

P.S. – Não, não tem mais nada especial, não.

A.C. – Como foi exatamente a campanha para a Prefeitura, e como que se deu, e qual foi a votação que o senhor teve?

P.S. – Na campanha da Prefeitura para o meu último período, só ficou decidida a minha candidatura já em fim de junho, e a eleição era em agosto, nós tivemos um mês para fazer a campanha, ou menos. Houve dificuldade de se chegar a uma solução para escolha do nome do candidato a prefeito, e eu então me vi na contingência de aceitar a candidatura. Como eu disse a vocês, eu não pretendia ser prefeito outra vez. O candidato apoiado por Cid foi Lael Sampaio, irmão de Cid, tendo Augusto Lucena como vice-prefeito, e o vice-prefeito da minha chapa era Antonio Carlos Cintra do Amaral. Nessa eleição vários setores procuraram radicalizar essa minha campanha. Radicalizar no mesmo sentido, no sentido que era uma candidatura esquerdista... Dos deputados federais da nossa área só vieram ao Recife, Artur Lima e Julião, que faziam campanha em faixa própria, comícios próprios.

A.C. – Ele fazia comício sozinho?

P.S. – Sozinho, separado.

A.C. – Mas apoiando firmemente?

P.S. – Apoiando firmemente.

D.P. – Mas com público diferente ou mesmo aqui na cidade?

P.S. – Era o mesmo, porque ele queria tratar da reforma agrária, então ele preferia fazer comícios próprios.

A.C. – Não tinha muito a ver com a Prefeitura, a reforma agrária.

P.S. – É, não tinha muito a ver. Mas apoiando a minha candidatura.

D.P. – O PSD estava lhe apoiando?

P.S. – Não, justamente porque com o PSD seria preciso ter feito composições políticas, o vice tinha que ser do PSD. Não se fez composição, eu entrei apoiado pelo Partido Socialista e pelo PTB.

D.P. – E o PSD estava com quem?

P.S. – Não tomou posição, houve um setor do PSD que me apoiou, eu me lembro bem que o presidente do Diretório Municipal me telegrafou dizendo que tinha feito uma cisão e estava me apoiando, mas o fato é que a campanha foi radicalizada pela ausência dos deputados federais, e também pela exploração que o outro lado fazia, de procurar cada vez mais nos isolar e dizer que a nossa campanha era de esquerda, de extrema esquerda etc. Então a minha vitória sobre Lael Sampaio foi muito pequena, enquanto na vez anterior deu 2/3 do eleitorado, e a diferença de mim para o segundo foi de 52 mil votos, contra Lael foi de 8 mil votos, apenas.

D.P. – Nesse momento não se deu seu rompimento com Cid, não?

P.S. – Não, de modo nenhum, inclusive nem com Lael, Lael é meu amigo pessoal, pessoa que eu estimo muito, e fizemos a campanha num plano alto.

M.S. – Mas politicamente seu rompimento com Cid é anterior a isso, quando ele resolveu apoiar Jânio.

P.S. – Assumimos posições desgastantes, mas não houve rompimento pessoal.

M.S. – Foi na candidatura de Jânio, que vocês apoiaram Lott. Porque estavam juntos em 58...

P.S. – Mas não foi um rompimento pessoal, foi uma separação política.

M.S. – Mas ela perguntou política, não é? Aí em 58 vocês estavam juntos.

P.S. – Na renúncia de Jânio, quando houve o problema da posse de Jango, também nós divergimos, porque eu fiz um pronunciamento, que aliás não foi publicado, não foi permitido publicar, porque havia uma censura grande à imprensa, em que eu dizia que já que o presidente Jânio Quadros alegava a presença de forças ocultas, etc., a meu ver o Congresso deveria rejeitar a renúncia. Isso não foi publicado. E Cid não tomou nenhuma posição, não se definiu sobre o problema. Em 61 isso. Agora, em relação a Lael, em termos políticos estávamos em campos opostos, mas nunca houve rompimento pessoal.

A.C. – E nesses 3 meses foi possível fazer alguma coisa, ou definir algum tipo de estratégia, ou o senhor não teve tempo?

P.S. – Não, houve tempo mas as associações de bairro continuaram funcionando, esses trabalhos de terraplanagem que eu disse a você, mobilizavam com muita facilidade as associações, e houve esse meu entendimento. Fui convidado para um almoço com o embaixador Lincoln Gordon um mês antes da Revolução, e nessa ocasião encaminhei o problema dos lotes lá do Ibura.

A.C. – Qual foi a posição do Gordon nesse almoço, em relação ao senhor? Ele fez alguma sondagem para perceber possíveis divergências?

P.S. – Podia ser, quando fui convidado para o almoço, admiti que a idéia fosse essa, mas ele não atuou assim não. Marilu foi também ao almoço. Ele nos convidou, a mim e a Antonio Baltar. Foi na casa do cônsul americano daqui, que era um ministro com carreira diplomática.

A.C. – Que havia muito vice-cônsul naquela época, não é?

P.S. – Havia uma porção, foi um vice-cônsul me convidar. E então os assuntos foram mais esses, tratei mais de assuntos municipais, esse problema da Aliança para o Progresso, etc., não houve nenhuma sondagem, como você está me perguntando, para saber se havia divergências minhas em relação ao governo de Arraes.

A.C. – O senhor estava ainda na secretaria de Viação quando houve a mudança de secretariado, ou pelo menos uma alteração em parte do secretariado de Arraes?

P.S. – Não chegou a haver alteração no secretariado de Arraes.

A.C. – Quando saiu Germano Coelho, foi substituído pela Anita Paes Barreto, e acho que houve outras substituições também, o secretário de Agricultura foi substituído também.

P.S. – Era o padre Simões, substituído por Jader de Andrade. Nessa época eu ainda era secretário de Viação.

A.C. – Como é que se deu essa reestruturação? Por que?

P.S. – Ah, não sei. Nunca entrei nesses detalhes. O padre estava deslocado em Agricultura, foi mais uma solução política. E o problema de Germano não me lembro, se Germano foi para o Movimento de Cultura Popular, hein? Quando saiu da secretaria?

D.P. – Anita Paes Barreto que substituiu ele.

P.S. – Anita que veio do Movimento de Cultura Popular para lá. Aí só Germano pode explicar melhor.

A.C. – Sobre Lincoln Gordon, ainda sobre o jantar com ele?

P.S. – Sobre o encontro com Lincoln Gordon, vocês estão me perguntando sobre algum episódio que eu quisesse relatar, que ele tivesse procurado saber se havia alguma divergência entre mim e o governo de Arraes, não. Realmente não houve nenhuma pergunta direta assim, mas houve uma pergunta dele mim e a Baltar muito curiosa, que aliás a posição dele naquela época foi confirmada pelas declarações dele agora. Ele perguntou para nós: “O que é que os senhores achariam de um golpe de direita no Brasil?” Então Baltar disse: “Embaixador, não existe clima para isso. As Forças Armadas são democráticas...” Quando saímos eu disse a Baltar: “Baltar, esse embaixador deve estar rindo de você, porque já deve estar tudo preparado.” Depois saiu um livro de Edmar Morel sob o título: “*O golpe nasceu em Washington.*”

A.C. – Ele fez a mesma pergunta ao senhor?

P.S. – Ele fez a mim e a Baltar, mas Baltar é que respondeu.

D.P. – Nas vésperas do golpe vocês não percebiam nada de estranho, nem vocês discutiam a possibilidade de um golpe de direita?

P.S. – Não. Havia o seguinte, uma coisa muito curiosa, é que no decorrer dos IPMs que eu fui ouvido, nunca me foi perguntado nada que procurasse estabelecer uma ligação entre mim e qualquer outro grupo político. Dizer por exemplo: estava conspirando com Arraes; ou conspirando com o Jango; nada. As perguntas eram feitas como se cada um estivesse agindo isoladamente. Então havia conspiração, conspiravam sozinhos. Por exemplo, me foram feitas 85 perguntas que eram todas de caráter pessoal, saber – qual é a sua opinião, prefere a linha russa ou a linha chinesa? O que o senhor acha dos muros da Cortina de Ferro? Eram perguntas desse tipo. Quando, em meados de março, o mês de março foi um mês muito difícil no Recife, porque houve um *lock out* nas classes produtoras, fecharam as fábricas, parou tudo. E o governo do Estado resistiu ao *lock out*. Eu era prefeito e nessa ocasião dei um pronunciamento de apoio ao governo do Estado. No meado de março, Arraes viajou para...

A.C. – ...o comício das reformas.

P.S. – ...o comício da Cinelândia, até me convidou para ir, mas eu disse a ele: “eu sou mais um político municipal, embora tenha exercido o cargo de vice-governador, sou mais um político municipal, e não estou preparado para ir tratar desses problemas.” E eu não queria sair, me ausentar, que tinha muito problema aqui na Prefeitura. No fim do mês a única coisa que nos dava a impressão de que alguma coisa existia no ar, foram aqueles pronunciamentos do Jango. Mas no dia 31 de março, às 14 horas da tarde, antes



de ir para a Prefeitura, fui à casa do deputado Aderbal Jurema, hoje presidente da ARENA, a convite dele, para combinarmos uma agenda de pleitos que íamos fazer para a Prefeitura, junto a João Goulart. Nessa ocasião combinamos que, daí a tantos dias, eu iria ao Rio, para juntamente com Aderbal Jurema levar esses pleitos da Prefeitura a João Goulart. Quer dizer, isso no dia 31 de março, de tarde, para você ver como eu estava inteiramente... A gente sentia alguma coisa, mas...

A.C. – Desprevenido, não é?

P.S. – A noite do dia 31 eu fui avisado, nós tivemos aqui um jantar pelo aniversário de minha cunhada e de meu irmão Pelágio, tivemos um jantar aqui em casa com alguns amigos, e às 11 horas da noite recebi um telefonema, de um amigo meu, dizendo que tinha ouvido no rádio que tinha começado uma Revolução em Minas, que as tropas estavam descendo para o Rio. Fui para o Palácio do Governo mas não se tinha nenhuma notícia a respeito. Telefonei à 1 e meia da manhã para o General Justino Alves.

D.P. – Que era o Comandante do 4º. Exército.

P.S. – Que era o Comandante do 4º. Exército. Perguntei a ele o que havia, ele disse: “Olha, doutor Pelópidas, está havendo realmente um movimento armado, revolucionário, vindo de Minas, descendo para o Rio, comandado pelo General Mourão, mas estou firme ao lado do Presidente João Goulart, com a legalidade.” No dia seguinte fui ao Palácio, de manhã. Pouco depois, 8 horas da manhã, saiu a notícia, um manifesto do General Justino, em que apoiava a Revolução. Nesse dia nós estávamos ainda no Palácio quando compareceu o Almirante Dias Fernandes, com 3 coronéis, e foram conversar com Arraes. Nesse mesmo dia à tarde já o Palácio não tinha mais nem rádio, nem telefone, nada, mas 2 coronéis voltaram lá para dizer a Arraes que Jango já não estava no exercício do governo, e que as Forças Armadas tinham incluído nas suas decisões o afastamento de Arraes do governo. Nessa mesma tarde nós ficamos lá ainda até às 16 horas, porque a guarda do Palácio já estava ocupada, e não era mais permitido ninguém sair. Às 16 horas, apareceu no palácio um capitão que disse que por ordem do 4º Exército, todos deviam retirar-se só ficando Arraes e seus familiares. Nessa noite Arraes foi preso, e enviado para Fernando de Noronha, depois. No outro dia ainda fui a Prefeitura, trabalhei de manhã...

D.P. – No dia 2 de abril...

P.S. – Trabalhei de manhã até o meio-dia e, depois do almoço, então recebi um aviso de que dois oficiais queriam falar comigo. Fui à prefeitura, e estava um dispositivo militar na rua, metralhadoras...

[FINAL DA FITA 3-A]

P.S. – Então fui ao 4º. Exército, acompanhado por eles, pelos dois oficiais, e lá o chefe do Estado-Maior, foi quem falou comigo, e não o General Justino. Propôs que eu renunciasse, alegando que eu tinha sido eleito pelas mesmas forças que tinham dado a vitória a João Goulart e a Arraes, e que a Revolução pretendia o controle da Prefeitura, e queria então pedir a minha colaboração com a minha renúncia. Então, declarei ao general que não renunciaria, tinha um mandato, consciente da minha responsabilidade perante o povo do Recife, que eu não tomaria essa iniciativa. Então me foi comunicado

que eu ficaria “sob custódia do 4.º Exército.” Fui para o Regimento de Obuses, em Olinda, e lá fiquei alguns meses. Fiquei 5 meses lá, depois fui para a Companhia de Guardas, afim de prestar depoimento depois da Companhia de Guardas fiquei no Hospital Militar porque estava doente, com hérnia. Fui libertado em 15 de dezembro. Na tarde do dia 02/04/1964, após minha prisão, a Câmara Municipal, onde eu era apoiado por 20 vereadores contra 5, decretou o meu impedimento, por 20 vereadores contra um. Esse foi preso.

D.P. – Quem foi esse um?

P.S. – Jarbas de Holanda.

A.C. – O voto foi descoberto?

P.S. – Foi descoberto. E então o decreto, a resolução de vacância do cargo dizia assim: “considerando que o doutor Pelópidas já não está no exercício do cargo, a Câmara declara vago o cargo.” Então eu no quartel assisti na televisão quando o vice-prefeito Lucena estava assumindo às 11 horas da noite.

D.P. – Pelópidas, você foi processado?

P.S. – Fui. Houve em março de 1965, a denúncia de 38 pessoas, entre elas eu. Depois de concedido o *habeas corpus* a Miguel Arraes, por foro especial, requeri à auditoria, que se declarasse incompetente para julgar-me, uma vez que eu tinha foro especial, tinha sido vice-governador, prefeito, secretário, e então a auditoria se declarou incompetente para julgar. O processo passou para a Justiça Civil, aí só o meu processo. Mas a Justiça Civil não chegou a julgar, quando no fim de 1966 veio o Ato II que passou tudo de novo para a Justiça Militar. Houve então uma nova denúncia, isolada, porque eu não estava mais ligado aos 38, e o auditor rejeitou a denúncia, como inepta. Porque a denúncia dizia apenas que não havia nada contra o engenheiro Pelópidas Silveira, apenas constava dos autos que tinha sido apoiado pelos comunistas em campanhas eleitorais. Então ele denunciava... no artigo tal para que, no processo, se verificasse se havia algum delito.

A.C. – E as perguntas que lhe fizeram nesse processo?

P.S. – No inquérito. Deixa eu terminar: no processo foi rejeitada a denúncia como inepta, o promotor recorreu ao Superior Tribunal Militar que, por unanimidade, manteve a decisão, quer dizer, eu não fui nem processado. Agora, no inquérito, era uma série de perguntas que não visavam esclarecer nada, ou por outra, não visavam apresentar acusação contra nada. Era somente... tanto que a última pergunta: “O senhor tem alguma coisa a alegar em sua defesa?” Eu disse: “Não, porque não fui acusado de nada.” E foram 85 perguntas: conhece fulano? O que acha de fulano? O que acha da linha russa? Coisas assim.

A.C. – Quem foi o inquiridor?

P.S. – Era o coronel Hélio Ibiapina.

D.P. – Foi quem dirigiu seu IPM.

P.S. – Ainda faltou salientar que, eu tendo sido preso no dia 2, figurei na primeira lista de suspensão de direitos políticos, o Ato I, no dia 6, datado de 9 de abril. Já tinha sido cassado do mandato de prefeito, fui cassado do mandato de primeiro suplente de deputado federal, e tive os direitos políticos suspensos por 10 anos. Em outubro do mesmo ano, quando ainda estava preso, e ainda em virtude do Ato I, no começo de outubro, saiu o decreto de aposentadoria. Fomos aposentados 6 professores na Universidade do Recife.

A.C. – E na prisão o senhor não teve queixas?

P.S. – Não, fui tratado corretamente, exceto na companhia de guardas onde fiquei num xadrez com 13 pessoas, durante 10 dias, entre essas 13 pessoas estava Paulo Freire. Agora, fora daí, não. No Regimento de Obuses não houve problema nenhum, tive prisão especial, tanto no Regimento de Obuses como no Hospital Militar. E o último mês a minha prisão foi transformada em residencial, fiquei em casa. Depois ainda, durante o outro mês, eu era obrigado a comparecer à Auditoria toda semana, e não podia sair do Recife, mas isso foi revogado a requerimento do meu advogado.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

D.P. – Com quem e quando você casou?

P.S. – Casei em 1957, em maio de 1957, com Maria da Luz de Souza Campos, Marilu, como nós chamamos.

D.P. – E quantos filhos você tem?

P.S. – Casei em São Paulo, na Capela da Pontifícia Universidade Católica. Temos 3 filhos: Thales, que estuda Direito e é músico, entrou agora no curso de Direito, e mais duas meninas, Hebe e Thaís, uma com 15, outra com 14 anos, estão fazendo o curso secundário.

D.P. – E a sua participação política teve influência na formação deles? Discutem muito política?

P.S. – Não. Hebe é a mais interessada pelos problemas políticos, de modo geral. Thaís também participa. O menino não, é mais contemplativo, mais músico, mas tomaram conhecimento de todos os fatos, em certas oportunidades eles dão opinião e mostram estar bem seguros sobre os problemas de que eles tem participado através de nós.

D.P. – Marilu é formada em que?

P.S. – Formada em Direito, já se formou aqui em Recife, me acompanhou inteiramente, sempre, em toda a minha vida política, a partir de 1957, já se vê, não é? Dando-me todo o estímulo, e inteiramente identificada com o meu pensamento político.

[FINAL DO DEPOIMENTO]